



relatório de
actividades
2007

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2007

ÍNDICE

1	Nota Introdutória	3
1.1	O IPAC	3
1.1.1	Missão	3
1.1.2	Visão	3
1.1.3	Valores	3
1.2	A acreditação	4
2	Meios e Recursos	6
2.1	Estrutura organizacional	6
2.2	Recursos Humanos	7
2.2.1	Colaboradores	7
2.2.2	Recursos externos	8
2.2.3	Serviços de apoio	9
2.3	Recursos Materiais	10
2.3.1	Instalações	10
2.3.2	Sistema informático	10
2.3.3	Arquivo	10
2.4	Sistema de Gestão	11
2.4.1	Política da Qualidade	11
2.4.2	Objectivos	11
2.4.3	Sistema Documental	11
2.4.4	Controlo de processo	12
2.4.5	Formação de colaboradores	12
2.4.6	Melhoria contínua	13
2.4.7	Auditorias Internas	13
2.4.8	Revisão pela Gestão	13
3	Resultados	14
3.1	Resultados Operacionais	14
3.1.1	Acreditações	14
3.1.2	Avaliações realizadas	15
3.1.3	Eventos e Acções realizadas	17
3.1.4	Actividades de comunicação e imagem	18
3.1.5	Comissão Consultiva	19
3.1.6	Comissões Técnicas do IPAC	20
3.1.7	Comissões externas	21
3.1.8	Actividades internacionais	21
3.1.9	Acordos internacionais	23
3.1.10	Satisfação de clientes	23
3.1.11	Resultados Estatísticos da Acreditação	25
3.1.12	Resultados da Certificação Acreditada	29
3.2	Resultados Económicos e Financeiros	31
3.2.1	Análise orçamental	31
3.2.2	Análise económica	32
3.2.3	Análise financeira	34
4	Anexos	35

Total de Páginas: 37

1 NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Relatório tem por objectivo dar a conhecer os resultados da actividade desenvolvida pelo Instituto Português de Acreditação, I.P. (IPAC) relativos ao ano de 2007. Neste primeiro capítulo apresenta-se a instituição, seus objectivos e enquadramento, e nos capítulos seguintes apresentam-se os meios e depois os resultados obtidos.

1.1 O IPAC

O IPAC foi constituído em 2004 pelo Decreto-Lei nº 125/2004 de 31 de Maio, por cisão do serviço de acreditação do Instituto Português da Qualidade, I.P. (IPQ), entidade que detinha as funções de organismo nacional de acreditação desde 1986. Esta cisão ficou a dever-se à necessidade de isolar as actividades de acreditação de acordo com os requisitos normativos internacionais (NP EN ISO/IEC 17011) que o organismo de acreditação tem de cumprir. Os estatutos foram aprovados pela Portaria nº 283/2005 de 21 de Março.

O IPAC é um instituto público, com personalidade jurídica, autonomia financeira e administrativa e património próprio, sob a tutela do Ministro da Economia e Inovação. O IPAC possui uma organização simplificada, sendo dirigido por um Director, coadjuvado por coordenadores operacionais, com uma equipa de colaboradores técnicos, dado que de acordo com o Decreto-Lei que o criou, os serviços de apoio (financeiros, jurídicos, logísticos, recursos humanos e informática) são prestados pelo IPQ.

O IPAC foi envolvido no PRACE (Programa de Reforma da Administração Central do Estado) durante 2006, o qual concluiu pela sua externalização, conforme disposto na Resolução do Conselho de Ministros nº39/2006 e no Decreto-lei nº 208/2006 de 27 de Outubro, aguardando-se portanto pela regulamentação da externalização.

1.1.1 Missão

O IPAC tem por missão assegurar o funcionamento do sistema nacional de acreditação, de acordo com os requisitos internacionais aplicáveis à actividade.

1.1.2 Visão

Ser reconhecido em todos os seus domínios de actividade, a nível nacional, europeu e internacional, como um organismo cujo actuação constitui uma mais-valia inequívoca de credibilidade e confiança.

1.1.3 Valores

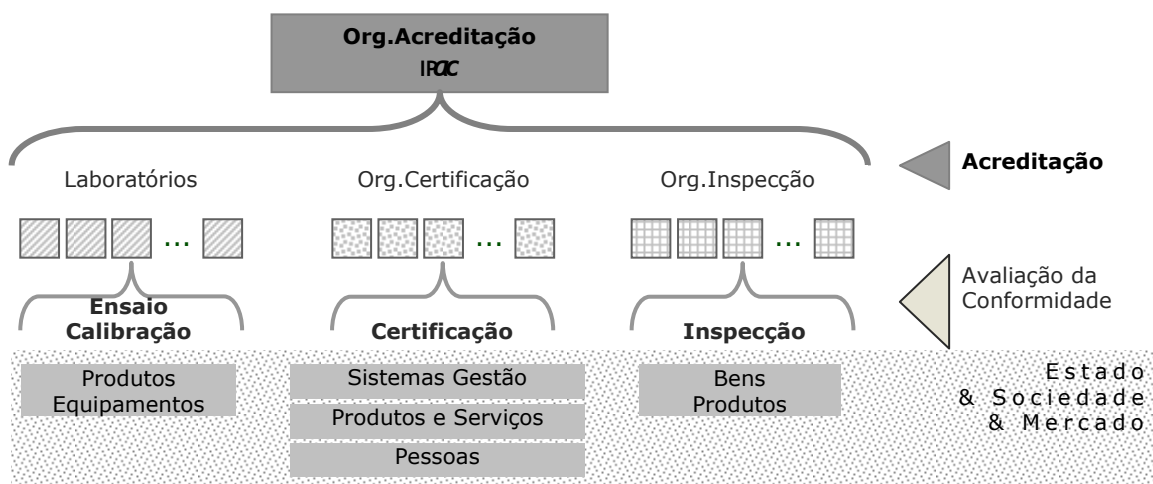
Para cumprir a sua missão e atingir a visão, o IPAC assume como valores principais a competência, a idoneidade, a imparcialidade e a eficiência.

1.2 A acreditação

O que é? A acreditação consiste num processo de reconhecimento da competência técnica de entidades para executarem determinadas actividades técnicas, nomeadamente actividades de avaliação da conformidade.

Estas actividades de avaliação da conformidade podem consistir na realização de:

- Ensaaios, quer sejam a produtos industriais, ambientais, géneros alimentícios ou de saúde humana; estes ensaios, análises e exames podem destinar-se a vários fins, nomeadamente para verificar a conformidade com a legislação nacional e comunitária, ou com especificações de marcas e normas internacionais para fins comerciais;
- Calibrações, de padrões e instrumentos de medição; as calibrações visam demonstrar a aptidão dos equipamentos para os fins a que se destinam;
- Certificação de sistemas de gestão (da qualidade, ambiental, segurança alimentar, inovação); a certificação do sistema de gestão visa proporcionar confiança nos resultados da actividade certificada, e é feita com base em normas internacionais (e.g. ISO 9001 e ISO 14001);
- Certificação de produtos, que visa demonstrar a conformidade dos produtos com determinados requisitos, estabelecidos em normas ou normativos internacionais, ou pelo próprio certificador;
- Certificação de pessoas, que atesta a competência das pessoas certificadas para realizarem determinadas actividades técnicas, de acordo com padrões e normas estabelecidas;
- Inspecções, a produtos, equipamentos, instalações, processos ou projectos, com vista a demonstrar a sua conformidade com requisitos gerais ou específicos; a actividade de inspecções é normalmente executada com vista a garantir a segurança de pessoas e bens, e enquadrada em disposições legais e regulamentares;
- Verificação ambiental, com vista a avaliar a conformidade com a legislação e a validar a declaração ambiental e o sistema de eco-gestão e auditoria de acordo com o Regulamento EMAS.



Porque existe?

Dado que as entidades que realizam estas operações de avaliação da conformidade concorrem entre si no mercado (nacional e internacional), e que elas têm um impacto na sociedade, sob diversos pontos de vista tais como a qualidade de vida, segurança e saúde públicas, comércio, protecção ambiental, foi criado um mecanismo de regulação, a acreditação, que estabelece e monitoriza a existência de um nível adequado de competência técnica para o exercício dessas actividades.

A acreditação constitui também uma ferramenta de racionalização da Administração Pública, permitindo delegar tarefas e serviços tradicionalmente executados pelo Estado em terceiros, mantendo ao mesmo tempo um controlo técnico e independente sobre as prestações de serviço que são delegadas.

Onde existe?

O desenvolvimento das actividades de acreditação na Europa está ligada à criação do Mercado Único Europeu, visando remover barreiras técnicas ao comércio intracomunitário através da aceitação mútua de bens e serviços cuja avaliação da conformidade tenha sido feita por entidades acreditadas - deste modo a acreditação alargou-se a todos os países da União Europeia, e dado que a Europa está inserida num mercado global de bens e serviços, estendeu-se de um modo geral a todos os países desenvolvidos. Em Portugal existe já desde a década de oitenta, tendo sido nessa época realizada pelo IPQ.

Que regras cumpre?

Para que exista uma aceitação mútua das creditações entre os diferentes países da União Europeia é necessário que a acreditação seja efectuada de forma semelhante e equivalente nesses países, usando os mesmos critérios e procedimentos, por organismos de acreditação que se demonstrem equivalentes. A actividade de acreditação rege-se assim por normas internacionais (ISO/IEC 17011) e códigos de conduta comuns.

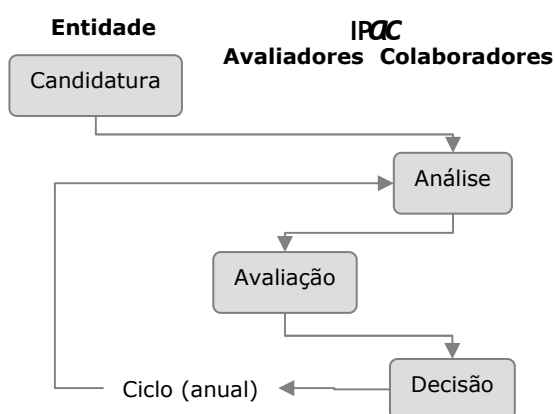
Dada a importância e impacto que pode (e se pretende que venha a) ter o uso da acreditação pelas autoridades nacionais e comunitárias, está em preparação um pacote legislativo pela Comissão Europeia, Conselho e Parlamento Europeus que virá dar um enquadramento legal uniforme a todos os Estados-Membros sobre o funcionamento da acreditação.

Aceitação internacional?

Existe um sistema de reconhecimento mútuo das creditações pela federação europeia de acreditadores (EA, *European cooperation for Accreditation*) que inclui a realização de avaliações entre pares periódicas, bem como a participação em trabalhos de harmonização e desenvolvimento da actividade de acreditação. Com a globalização do mercado, os acordos existentes a nível europeu alargaram-se para o foro internacional, através dos acordos das confederações internacionais de acreditadores ILAC (*International Laboratory Accreditation Cooperation*) e IAF (*International Accreditation Fórum*).

Como se efectua?

O processo de acreditação segue requisitos internacionais estipulados pela norma NP EN ISO/IEC 17011, bem como por regras da EA, ILAC e IAF. Compreende uma fase de candidatura, a sua análise, a avaliação da entidade, e a posterior decisão de acreditação; de modo a monitorizar o cumprimento continuado dos requisitos de acreditação, realizam-se avaliações regulares - todo o processo de acreditação pelo IPAC está descrito no Regulamento Geral de Acreditação (DRC001), disponível na página electrónica do IPAC, sendo complementado por Procedimentos de Acreditação específicos de cada área (Laboratórios, Certificação, Inspeção).



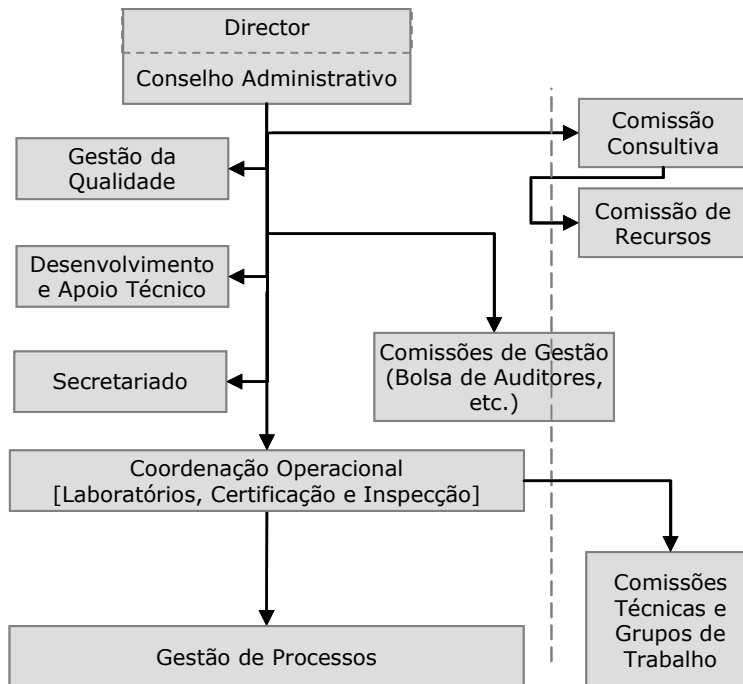
A avaliação da competência da entidade desenrola-se recorrendo a um corpo de especialistas, treinados e qualificados pelo IPAC, bem como em acções complementares de avaliação de desempenho (e.g. comparações interlaboratoriais, testemunhos, etc.).

O processo de decisão tem em conta o parecer dos avaliadores e de eventuais entidades regulamentares.

2 MEIOS E RECURSOS

2.1 Estrutura organizacional

O IPAC possui uma estrutura simplificada, em que os serviços de apoio são prestados pelo IPQ, conforme estabelecido legalmente (DL 125/2004 de 31 de Maio).



O IPAC é dirigido por um **Director**, assistido por um **Conselho Administrativo** composto pelos **Coordenadores Operacionais**. Estes coordenam as actividades de acreditação no seu sector, e o trabalho dos Gestores de Processo. Existe uma unidade para as tarefas de desenvolvimento e apoio técnico, bem como para a gestão da qualidade. O trabalho é apoiado por um secretariado, e por comissões de gestão internas.

O IPAC possui uma **Comissão Consultiva**, representativa das partes interessadas, com fins de supervisão da sua imparcialidade e aconselhamento estratégico. Ligada a esta funciona a Comissão de Recursos que aprecia os recursos às decisões de acreditação do IPAC.

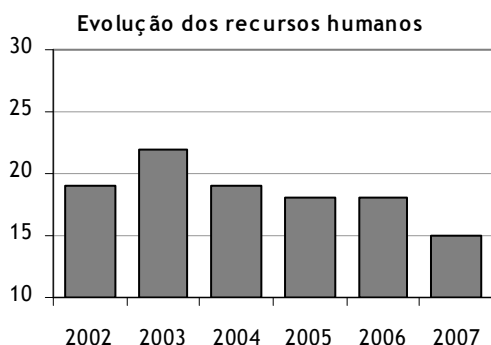
O IPAC recorre ainda a **Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho** tendo em vista aceder a peritos e especialistas nas matérias de avaliação da conformidade, discutir temas e assuntos relacionados com a actividade de acreditação, e harmonizar práticas e procedimentos de acreditação.

2.2 Recursos Humanos

2.2.1 Colaboradores

O IPAC foi criado em 2004, com a disposição de que transitavam para o seu quadro de pessoal os colaboradores à altura afectos ao serviço de acreditação do IPQ, estando estipulado para o IPAC o regime de contrato individual de trabalho (excepto para os funcionários públicos que pretendessem manter o vínculo).

Tendo em conta a decisão de externalização tomada no âmbito do PRACE em 2006, o quadro de pessoal não chegou a ser aprovado, tendo-se optado por efectuar e manter aquisições de serviço para garantir a operacionalidade do IPAC, face às sucessivas saídas de funcionários públicos em 2004, 2005, 2006 e 2007 (5 desde a data de criação do IPAC em 2004).



Assim, à data de 31 de Dezembro de 2007, estavam afectas **15 pessoas** ao IPAC, das quais 1 funcionário público, 13 aquisições de serviço e o Director (em comissão de serviço). No âmbito da Resolução do Conselho de Ministros nº38/2006, foi autorizada a continuidade das aquisições de serviço existentes até à externalização do IPAC, dada serem imprescindíveis para a operacionalidade do IPAC.

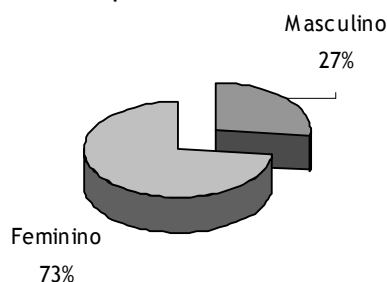
A evolução dos recursos humanos disponíveis mostra uma tendência decrescente nos últimos anos (ver figura anexa), que não acompanha o crescimento operacional (ver 3.1), e dificulta a

melhoria da qualidade do serviço, nomeadamente a capacidade e tempo de resposta. Dado a actividade de acreditação ser regulada pelas mesmas normas internacionais e por avaliações entre pares que garantem o seu cumprimento, existe uma larga maioria de actividades comuns que têm de ser executadas de modo equivalente por todos os organismos de acreditação. É assim válido estabelecer paralelos entre estes, tal como a comparação dos rácios entre nº colaboradores e nº clientes de organismos de acreditação de vários países mostrada no quadro anexo, que ilustra a excelente produtividade dos colaboradores do IPAC, três vezes superior à dos seus homólogos.

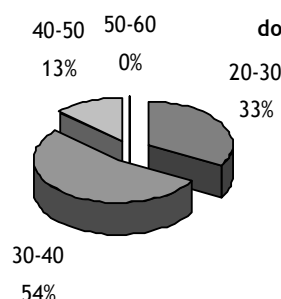
	Grécia	Irlanda	Bélgica	Holanda	IPAC	Espanha	Brasil
Pessoas	19	11	21	52	15	61	87
Clientes	279	123	294	551	652	817	614
Racio C/P	15	11	14	11	43	13	7

A distribuição dos recursos humanos por sexo e por faixa etária (ver figuras abaixo) mostra uma população maioritariamente feminina e relativamente jovem.

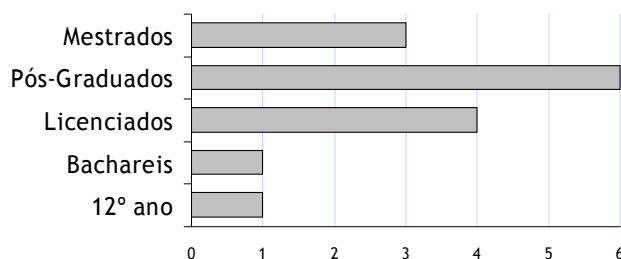
Distribuição dos colaboradores por sexo



Distribuição etária dos colaboradores



A actividade de acreditação tem um grande nível de tecnicismo, o que está patente no elevado nível de habilitações dos seus colaboradores (ver quadro ao lado), e na sua diversificação por várias áreas científicas. A taxa de colaboradores com formação superior em 2007 foi de 93% (88% em 2006) e a taxa de colaboradores com pós-graduações foi de 60% (53% em 2006).

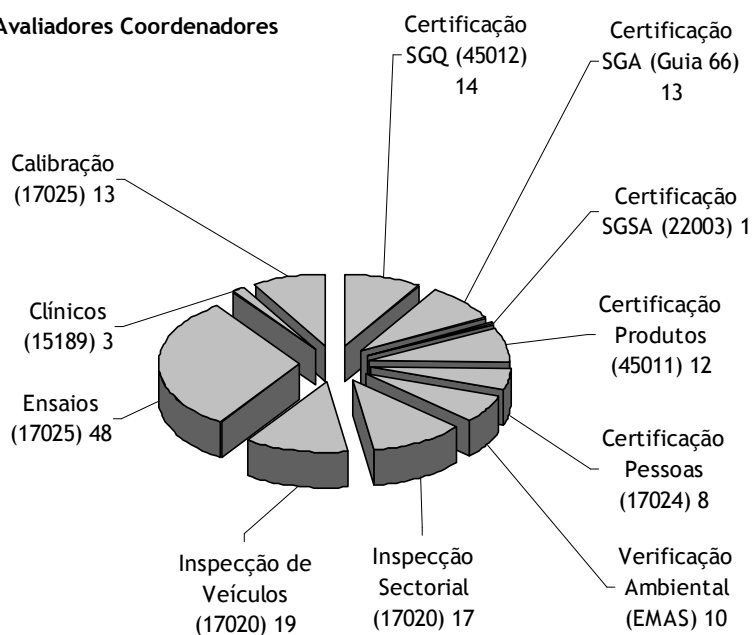


O IPAC tem implementado um sistema de avaliação do desempenho dos colaboradores, recorrendo também a inquéritos junto dos clientes para obter informação sobre o seu desempenho (ver adiante).

2.2.2 Recursos externos

O IPAC recorre a uma Bolsa de Avaliadores, para realizar as avaliações das entidades acreditadas e candidatas à acreditação. O processo de qualificação como avaliador exige a frequência de acções específicas promovidas pelo IPAC e uma avaliação de desempenho inicial positiva; para a manutenção da qualificação é tida em conta a frequência de acções de actualização e harmonização, bem como o resultado da avaliação dos registos de avaliação, da avaliação do desempenho feitas pelos clientes, e de supervisões de avaliações pelo IPAC.

Avaliadores Coordenadores



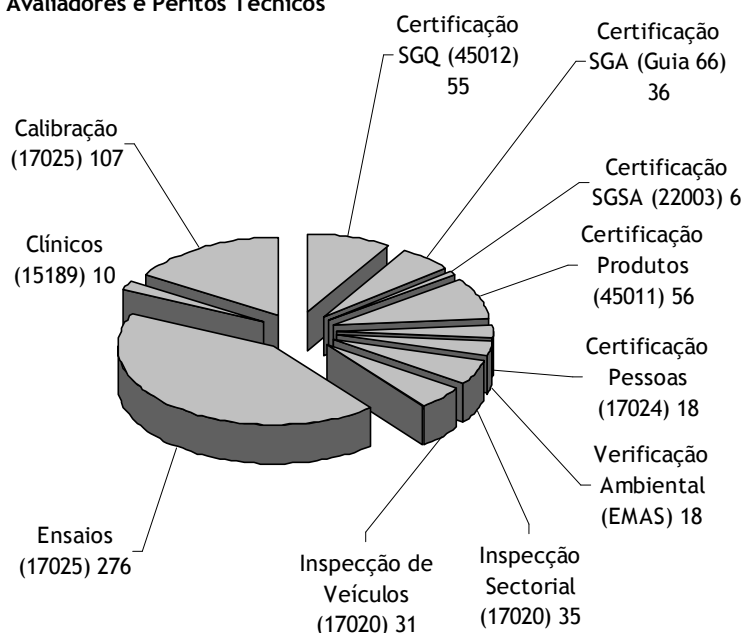
A Bolsa de Avaliadores do IPAC era composta por **384 pessoas** (294 em 2006).

Estas pessoas reúnem um total de **806** qualificações:

- 158 qualificações como avaliador coordenador (117 em 2006);
- 648 qualificações como avaliador ou perito técnico (646 em 2006).

As qualificações como avaliador coordenador são diferenciadas segundo o esquema de acreditação usado, encontrando-se distribuídas como apresentado na figura ao lado. Em 2007 houve um aumento do número de avaliadores coordenadores pelo desenvolvimento de novos serviços, e pela qualificação de colaboradores internos do IPAC.

Avaliadores e Peritos Técnicos



As qualificações como avaliadores ou peritos técnicos são diferenciadas ao tipo de actividade técnica realizada, tendo em conta os itens sujeitos a avaliação da conformidade e as tecnologias usadas.

Na figura ao lado estão apresentadas as qualificações existentes no final de 2007, distribuídas pelos esquemas de acreditação. Salienta-se a preponderância de avaliadores técnicos para laboratórios de ensaios, que reflecte a diversidade de áreas técnicas em que o IPAC actua.

Face a 2006 houve um ligeiro aumento no número de qualificações na área de laboratórios.

2.2.3 Serviços de apoio

Conforme previsto no Decreto-Lei nº125/2004 de 31 de Maio, o IPAC contratou com o IPQ a prestação de serviços de apoio, nomeadamente na área financeira, informática, recursos humanos e logística. Por este motivo, o IPAC não tem pessoal afecto a estas actividades.

2.3 Recursos Materiais

Tendo o IPAC sido criado em 2004, com sede no concelho de Almada, e ficado legalmente estabelecida a prestação de serviços de apoio pelo IPQ, incluindo a utilização das suas instalações, não houve necessidade de constituir património significativo para a operacionalização imediata. Por outro lado, tendo durante o ano de 2006 o PRACE concluído pela futura externalização do IPAC, tornou-se então inoportuna a constituição de património.

2.3.1 Instalações

O IPAC está sediado no Monte de Caparica, nas instalações do IPQ sitas na Rua António Gião, ocupando a ala nascente do 5º piso, no edifício central, ao abrigo de um contrato de prestação de serviço entre o IPAC e o IPQ.

2.3.2 Sistema informático

Para gerir a actividade de acreditação o IPAC desenvolveu um sistema informático onde regista as informações relevantes dos seus processos, e que permite o planeamento de um vasto conjunto de avaliações e actividades, bem como visualizar os resultados das mesmas. Este sistema de gestão está suportado em bases de dados mantidas internamente.

A gestão financeira e de recursos humanos é também suportada em ferramentas informáticas, a cargo do IPQ, conforme estabelecido legalmente.

O IPAC criou e mantém uma página electrónica (www.ipac.pt) com vista a melhorar o acesso à informação por parte dos clientes e partes interessadas, bem como divulgar e publicitar as suas actividades e as listas de entidades acreditadas.

2.3.3 Arquivo

Para além do sistema informático, o IPAC mantém um arquivo físico das suas actividades, incluindo pastas para cada processo de acreditação. Existe igualmente um arquivo de processos individuais de cada avaliador, o qual pode ser consultado pelos próprios para verificação e actualização dos dados.

Estes arquivos são essenciais para demonstrar perante terceiros a qualidade do trabalho do IPAC, e justificar a sua actuação.

2.4 Sistema de Gestão

O IPAC para ser reconhecido internacionalmente tem de cumprir os requisitos da norma NP EN ISO/IEC 17011, que preconiza a implementação de um sistema de gestão, com vários elementos.

2.4.1 Política da Qualidade

É objectivo do IPAC contribuir para a melhoria da competitividade da economia e da qualidade de vida da sociedade portuguesa, através da prestação de serviços de acreditação no âmbito regulamentar e voluntário, nacional e internacionalmente reconhecidos, e geradores de valor para os seus clientes e partes interessadas.

Para tal, considera-se necessário implementar e melhorar continuamente o seu Sistema de Gestão e a sua actuação de acordo com a NP EN ISO/IEC 17011, tendo em conta a satisfação das expectativas dos seus clientes e das partes interessadas.

O Director compromete-se a disponibilizar os meios e recursos necessários para alcançar os objectivos enunciados, e incita e responsabiliza todos os colaboradores a implementarem o Sistema de Gestão, reportando sempre a necessidade de o melhorar.

Reconhece-se ao Gestor da Qualidade a autoridade para coordenar esta implementação e melhoria, em articulação directa com o Director.

2.4.2 Objectivos

Os objectivos estratégicos para 2007 eram:

1. Manter o estatuto de signatário dos acordos de reconhecimento mútuo entre organismos de acreditação (EA MLA) e obter uma reavaliação positiva no final de 2007;
2. Acompanhar o processo de externalização do organismo nacional de acreditação, decidido pelo Decreto-lei nº 208/2006 de 27 de Outubro, de forma a garantir uma transição suave e continuada das operações, sem repercussões negativas para os operadores económicos nacionais;
3. Aumentar a oferta de esquemas de acreditação de acordo com as necessidades do mercado;

Os objectivos estratégicos foram alcançados:

1. A reavaliação do IPAC pela EA foi adiada para o início de 2008 a pedido do IPAC, tendo em vista tentar contemplar a nova entidade que suceda ao IPAC no processo de externalização - A re-avaliação foi entretanto realizada entre 13 e 18 de Abril, e o resultado foi positivo, prevendo-se a manutenção do IPAC em todos os acordos de reconhecimento mútuo existentes;
2. O processo de externalização ainda não foi concretizado, tendo no entanto o IPAC submetido todas as informações e propostas solicitadas pela tutela para viabilizar o processo;
3. Foram desenvolvidos e disponibilizados novos esquemas de acreditação, como sejam:
 - A acreditação da certificação de sistemas de gestão de investigação, desenvolvimento e inovação (IDI), segundo a NP 4457;
 - A acreditação da certificação de sistemas de gestão da segurança alimentar segundo a ISO 22000.

No âmbito dos objectivos mensuráveis do IPAC para 2007 foram realizados: comemoração do Dia da Acreditação (entrega da Bandeira); o desenvolvimento de dois novos esquemas de acreditação (acreditação para certificação segundo a NP EN ISO 22000 (SG Segurança Alimentar) e a NP 4457 (SG IDI); foram realizadas diversas acções de formação e supervisão de avaliadores.

2.4.3 Sistema Documental

Para apoiar a implementação do sistema de gestão, foram elaborados diversos documentos e procedimentos, centrados num Manual da Qualidade, o qual não foi revisto durante 2007 por não terem ocorrido alterações que o justificassem.

A 31 de Dezembro de 2007 o sistema documental do IPAC compreendia 136 documentos em vigor (mais 13 que em 2006), tendo sido revistos e criados vários documentos.

O sistema documental encontra-se totalmente suportado e controlado informaticamente, sendo visualizado por todos os colaboradores internos, e parcialmente pelos avaliadores externos.

Durante o ano de 2007 foram **publicados** pela primeira vez os seguintes documentos públicos:

- Procedimento para Acreditação de Organismos de Verificação Ambiental (DRC008)
- Guia para a estimativa de incerteza em ensaios microbiológicos (OGC005)
- Guia para a aplicação da ISO/IEC 17020 (OGC006)
- Guia para a estimativa de incerteza em ensaios químicos (OGC007)
- Guia para o controlo do equipamento de medição e ensaio em laboratórios clínicos (OGC008)
- Critérios de acreditação transitórios relativos a equipamentos/acessórios utilizados no sector de acústica
- Critérios de acreditação transitórios relativos a representatividade das amostragens de acordo com o Decreto-Lei nº9/2007
- Formulários de sub-licenciamento de símbolos combinados IPAC-IAF e IPAC-ILAC

Foi ainda emitida a Tabela de Duração das Auditorias a Sistemas de Gestão (OGA003) para os avaliadores IPAC.

Foram alvo de **revisão** em 2007 os seguintes documentos públicos:

- Regulamento Geral de Acreditação (DRC001)
- Regulamento dos Símbolos de Acreditação (DRC002)
- Procedimento para Acreditação de Organismos de Certificação (DRC006)
- Guia para a estimativa de incerteza em ensaios químicos (OGC007)
- Balanço de Melhor Incerteza (OIC003)
- Todos os formulários de candidatura

2.4.4 Controlo de processo

Para uma gestão mais eficaz, foi implementado um sistema de controlo por **indicadores de processo**. Estes indicadores incidem quer sobre a medição de tempos processuais e de controlo de execução, quer sobre o retorno de informação de origem externa.

Tm_Decisão	2006	2007
Laboratórios	7,6	5,8
Certificação	8,3	4,9
Inspecção	6,9	5,4

Encontram-se na tabela ao lado os indicadores referentes aos tempos médios de fecho de processos (em meses), contabilizados desde a data da avaliação até à data de decisão correspondente. Estes tempos incluem portanto o tempo de resposta dos clientes aos relatórios de avaliação, ao envio de evidência de resolução de não-conformidades, bem como a emissão de pareceres pelos avaliadores.

Tm_Concessão	2006	2007
Laboratórios	8,0	8,2
Certificação	-	3,1
Inspecção	6,3	4,9

Apresentam-se igualmente os tempos médios de fecho de concessões (em meses), sendo que neste caso a entidade dispõe até 6 meses para responder ao relatório de avaliação.

Em ambas as tabelas os valores correspondentes a 2007 não são totais, por existirem ainda processos em fecho à data de emissão deste Relatório.

2.4.5 Formação de colaboradores

Foi delineado um programa de formação dos colaboradores internos para 2007, tendo sido realizadas as seguintes acções:

- Benchmarking "Metodologia de Acreditação na Europa" - 14 colaboradores
- 6º Encontro de Verificadores Ambientais (APA) - 2 colaboradores
- EA Training Course "ISO/IEC 17021" (EA) - 2 colaboradores
- "Desenvolvimento Individual e Interpessoal" (INA) - 2 colaboradores
- "A dimensão comportamental da liderança" (APQ) - 1 colaborador
- Licença de Inspector Tipo D (CEPRA) - 1 colaborador
- "Métodos de Inspecção para Centros de Categoria B" (CEPRA) - 1 colaborador
- "NP EN ISO/IEC 17020 - Aspectos relevantes" - 6 colaboradores

O plano de formação não foi cumprido na totalidade, por motivos internos e externos, procedendo-se a uma reavaliação da sua necessidade para 2008, tendo já sido concretizadas algumas das acções previstas. Os colaboradores internos estiveram ainda envolvidos e participaram em acções de formação e harmonização com os avaliadores externos do IPAC e que são apresentadas noutra secção.

2.4.6 Melhoria contínua

A gestão das reclamações fornece orientações valiosas, abrangendo quer a actuação do IPAC, quer a actuação das entidades acreditadas. O IPAC tem por política considerar as reclamações como oportunidades de melhoria, pelo que agradece o contributo prestado por esta via.

- Durante o ano de 2007 foram recepcionadas **11 reclamações sobre a actuação do IPAC**, mais 1 do que no ano de 2006. As reclamações recepcionadas foram sobre o prazo de resposta, o fecho complexo ou adverso dos processos, falhas de comunicação, e aspectos financeiros. A percentagem de reclamações continua a ser relativamente baixa face ao número de clientes (rácio ~2%).

Verifica-se que a maior proveniência de reclamações continua a ser do domínio da acreditação de Laboratórios, a que não será alheio o facto de este domínio ser o maior segmento de clientes do IPAC. O domínio da acreditação de organismos de certificação continuou sem registar reclamações.

Analisadas as reclamações, 5 foram consideradas não procedentes por não se considerarem como justificados ou provados os motivos apresentados pelos reclamantes. O IPAC identificou 6 situações que careciam de implementação de correcção e acção correctiva, salientando-se a alteração da metodologia de fecho das avaliações e a redistribuição de funções - algumas situações carecem de intervenção estrutural que está limitada no actual enquadramento do IPAC.

- Em 2007 registaram-se **25 reclamações sobre entidades acreditadas**, mais 4 reclamações do que no ano anterior, mantendo-se a tendência de crescimento já verificada em anos anteriores, em sintonia com o crescimento do número de entidades acreditadas. Fazendo uma análise comparativa da distribuição destas reclamações por domínio de acreditação, verifica-se que existe uma distribuição sem predominância de nenhum domínio.

As reclamações incidem sobre o tratamento de reclamações (certificação), a metodologia de avaliação da conformidade usada (todos os domínios), os relatórios de avaliação da conformidade (laboratórios e inspecção) e análise de contrato (todos os domínios).

Estas reclamações são normalmente controladas durante as avaliações normais, embora nalguns casos se faça também por troca de correspondência e informações.

- Foram ainda recepcionadas **reclamações sobre empresas certificadas**, as quais são normalmente encaminhadas para o organismo de certificação respectivo, para que este accione o seu mecanismo de tratamento de reclamações - apenas quando este mecanismo se revela insuficiente ou inadequado o IPAC intervém sobre o organismo de certificação - o IPAC não tem ligação contratual com as empresas certificadas, pelo que apenas pode actuar sobre os organismos de certificação.

2.4.7 Auditorias Internas

O sistema de gestão do IPAC abrange a realização de auditorias internas como forma de auto-avaliação e melhoria, tendo sido realizadas as seguintes acções:

- uma auditoria interna por 1 elemento externo, que realizou a anterior avaliação entre pares ao IPAC em 2005, e que possui a qualificação de *EA Team Leader* - esta avaliação decorreu em 26 - 28 de Novembro de 2007;

- sete auditorias verticais aos processos, realizadas pelos colaboradores do IPAC.

2.4.8 Revisão pela Gestão

O IPAC encetou a revisão do seu funcionamento em Dezembro de 2007, com a participação do Director.

3 RESULTADOS

3.1 Resultados Operacionais

3.1.1 Acreditações

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Labs Calibração	47	52	52	50	42	45
Labs Ensaio	206	215	230	243	274	280
Labs Clínicos	0	0	0	0	0	3
OC SGQ (9001)	8	10	9	9	9	10
OC SGA (14001)	3	5	5	6	6	6
OC SGIDI (4457)	0	0	0	0	0	4
OC SGSA (22000)	0	0	0	0	0	1
OV EMAS	1	3	4	5	5	5
OC Produto	3	5	6	6	6	7
OC Pessoas	1	3	3	3	3	3
OI Veículos	175	174	174	178	178	180
OI Sectorial	17	31	30	37	43	43
TOTAL	461	498	513	537	566	587

O número total de entidades acreditadas continuou a crescer em 2007, tendo-se terminado o ano com **587 entidades acreditadas** - acréscimo líquido de 4% face a 2006 e de 18% nos últimos 5 anos.

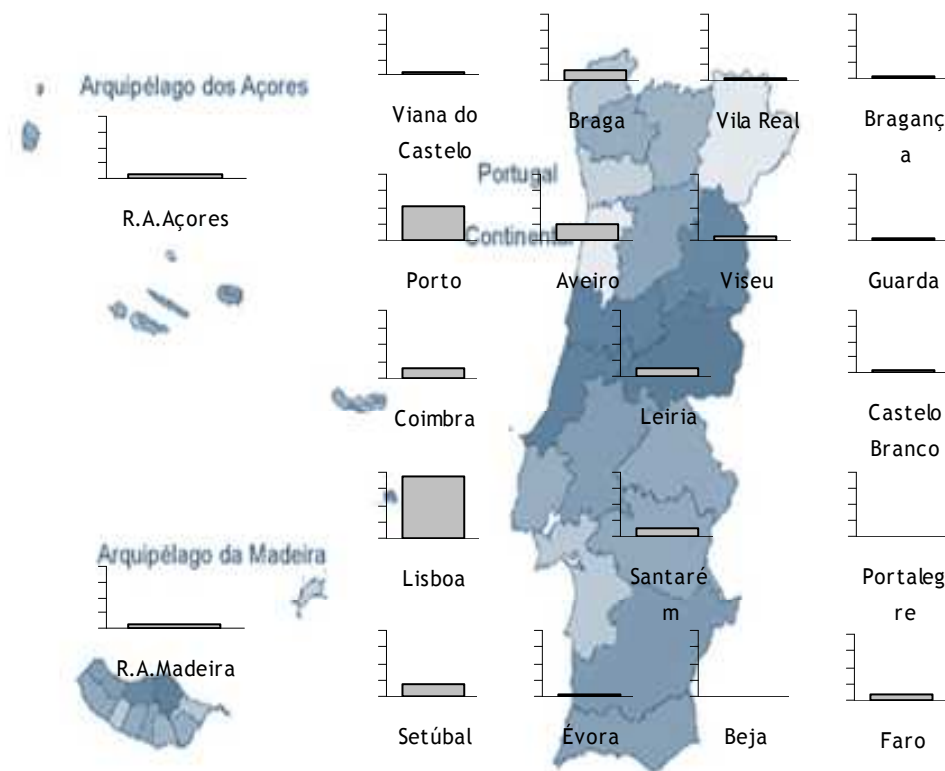
Durante o ano de 2007 foram concedidas **27 novas acreditações** (42 em 2006), na maioria para laboratórios de ensaios. Em 2007 ocorreram **13 anulações** de acreditações (11 em 2006), na sua maioria na área dos laboratórios de ensaios, provenientes de fusões ou reestruturações das entidades. A diminuição que se verificou na área de laboratórios de calibração

em 2006 é aparente, e resulta da reclassificação de actividades da área de calibrações para ensaios, bem como de fusões entre laboratórios.

A **distribuição geográfica** de acreditações está apresentada no quadro abaixo.

Distrito	Total	Laboratórios			Org. Certificação			Org. Verif	Org. Inspeção	
		Calibração	Ensaio	Clínicos	Sistemas	Produtos	Pessoas	EMAS	Sectorial	Veículos
Aveiro	48	4	28						2	14
Beja	3		1							2
Braga	29		12						3	14
Bragança	6		2							4
Castelo Branco	8		4							4
Coimbra	28	2	13						2	11
Evora	8	1	3							4
Faro	18	1	6						1	10
Guarda	5		1							4
Leiria	25	2	7						1	15
Lisboa	190	20	99	1	16	6	3	5	16	24
Portalegre	3									3
Porto	106	7	54	1	4				16	24
Santarém	27	1	13	1						12
Setúbal	34	4	18			1			1	10
Viana do Castelo	8		2							6
Vila Real	4								1	3
Viseu	14		9							5
R.A.Açores	10	1	6							3
R.A.Madeira	11	1	2							8
Estrangeiro*	2	1			1					
TOTAL	587	45	280	3	21	7	3	5	43	180

À semelhança de anos anteriores, observa-se maior incidência de entidades acreditadas no centro, norte e litoral do país, em consonância com outros indicadores nacionais, e continua a verificar-se que os organismos de inspecção de veículos têm a maior cobertura do país, seguida dos laboratórios de ensaio; os organismos de certificação mantêm uma distribuição muito localizada nos dois maiores centros urbanos do país - na figura abaixo é feita uma representação geográfica dos dados totais por distrito e região autónoma, em que cada traço da escala corresponde a 50 entidades acreditadas.



As listas de entidades acreditadas estão disponíveis na página electrónica do IPAC (www.ipac.pt), na secção Directório, sendo regularmente actualizadas - dado que a acreditação é uma actividade dinâmica, em que pode por um lado haver suspensões e anulações das credenciações, e por outro ocorrerem concessões ou extensões da acreditação, recomenda-se a consulta da página electrónica sempre que necessário.

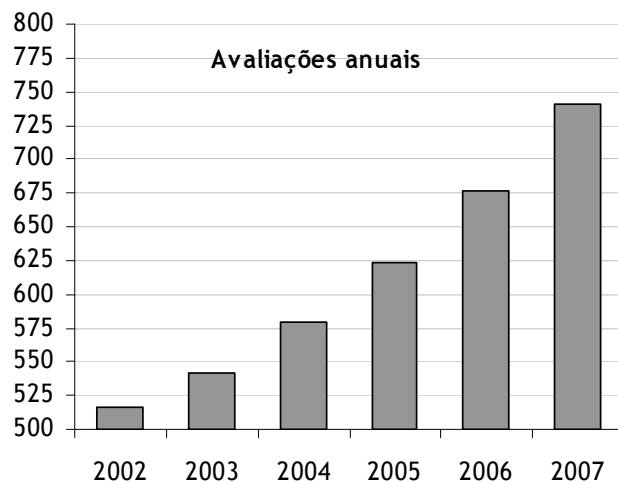
3.1.2 Avaliações realizadas

O processo de acreditação envolve a realização de avaliações às entidades e no caso de organismos de certificação são efectuados igualmente testemunhos das auditorias dos organismos de certificação.

Em 2007 foram efectuadas **741 avaliações**, das quais **39** foram avaliações de concessão (40 em 2006), a maior parte das quais (**27**) foram a laboratórios de ensaio.

O número de avaliações anuais tem vindo a crescer desde 2002, com um incremento de **8%** em 2005 e 2006 e de **9%** em 2007 - Nos últimos 5 anos o volume operacional cresceu 37%. O

aumento do número de novos processos de acreditação e o aumento de testemunhos na certificação têm dado o contributo maior para este crescimento.

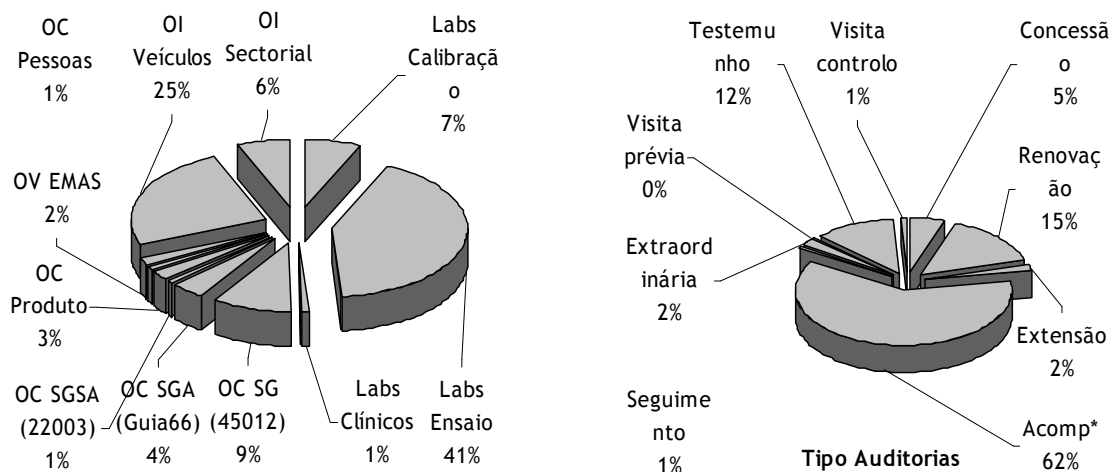


Refira-se que o IPAC duplicou em 2007 o número de testemunhos efectuados em 2005, não só pela disponibilização de novos serviços de acreditação, mas também para implementar uma política de melhor cobertura e supervisão dos âmbitos de certificação acreditados.

Nos gráficos seguintes apresenta-se a distribuição das avaliações pelos tipos de entidades e tipos de avaliações, salientando-se que:

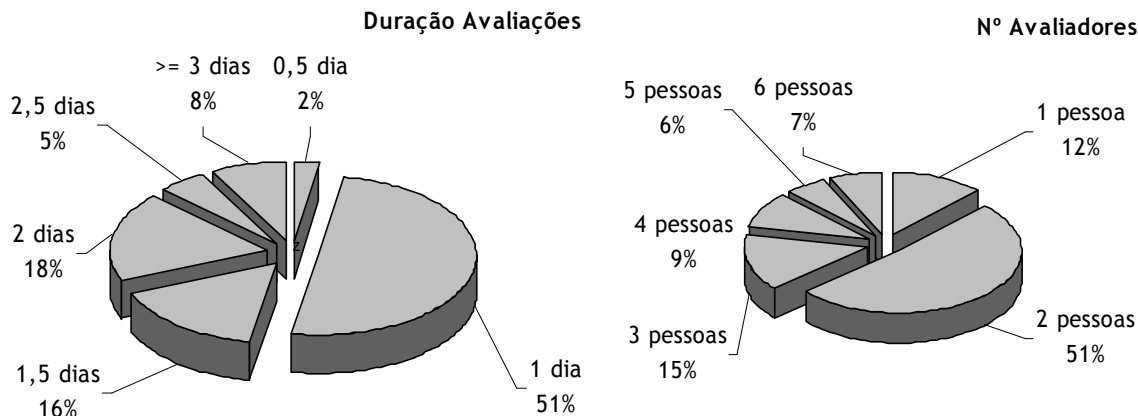
- as avaliações aos laboratórios constituem mais de metade das avaliações (tal como nos anos anteriores), embora tenha ocorrido um aumento do peso relativo das avaliações a organismos de certificação (novos esquemas e mais testemunhos);
- os acompanhamentos foram a grande maioria de todas as avaliações efectuadas (enquanto em 2005, houve maior percentagem de renovações devido ao peso do ciclo de renovação dos laboratórios); nota-se um incremento percentual de 4% nos testemunhos.

Realça-se a realização das primeiras avaliações de organismos de certificação de sistemas de gestão pelas NP EN ISO/IEC 17021 e ISO/TS 22003, em linha com as orientações internacionais. A transição da acreditação para a certificação de sistemas de gestão segundo a nova norma NP EN ISO/IEC 17021 deverá estar completada até 15 de Setembro de 2008, data em que as anteriores acreditações pela NP EN ISO 45012 e Guia ISO/IEC 66 caducam e se tornam inválidas.



Relativamente à duração das avaliações, pode ver-se abaixo que à semelhança de 2006, a grande maioria foram de 1 dia, tendo as avaliações de 1,5 dia sido em menor percentagem; as avaliações de 0,5 dia corresponderam novamente a extensões isoladas, a testemunhos e avaliações extraordinárias.

Tal como em 2006, a maioria das avaliações foi efectuada por 2 pessoas, situação típica em que intervém um avaliador coordenador e um técnico. De novo a realização de acções de avaliação combinadas num mesmo acto, provoca um ligeiro aumento do número de avaliações com várias pessoas. O aumento das avaliações com 1 pessoa coincide com o aumento de testemunhos.



3.1.3 Eventos e Acções realizadas

Durante o ano de 2007 o IPAC realizou os seguintes eventos externos:

- **Dia da Acreditação - Entrega de Bandeiras 'Entidade Acreditada'** (31-05-2007) - o Dia da Acreditação foi assinalado pelo envio de novas Bandeiras, bem como pela disponibilização de novos símbolos de acreditação IPAC-MLA;
- **Acções de formação de avaliadores:**
 - Encontros de avaliadores técnicos de laboratórios (26, 29 e 31-01-2007): ISO/IEC 17025:2005 - Dificuldades de avaliação/Clarificações sobre critérios de avaliação de acreditação flexível, estimativa de incertezas, amostragem, validação de métodos, participação em ensaios interlaboratoriais e resultados de calibrações/verificações e critérios de aceitação. Nova metodologia de fecho de constatações. Apresentação e discussão dos resultados do questionário de actualização de 2006.
 - Encontro de avaliadores coordenadores de laboratórios (25-01-2007): ISO/IEC 17025:2005 - Ponto de situação da transição. Dificuldades de avaliação/Clarificações sobre critérios de avaliação de acreditação flexível, estimativa de incertezas, amostragem, validação de métodos, participação em ensaios interlaboratoriais e melhoria contínua. Nova metodologia de fecho de constatações. Apresentação e discussão dos resultados do questionário de actualização de 2006.
 - Encontro de avaliadores de organismos de certificação de sistemas de gestão (22 e 23-01-2007): Norma ISO/IEC 17021:2006 - Novos requisitos e plano de transição; Metodologias IPAC; Duração de auditorias; Testemunhos (conceitos e objectivos); Nova metodologia de fecho de constatações
 - Encontro de avaliadores de organismos de certificação de produtos e pessoas (24-01-2007): ISO/IEC 17024:2003 - Dificuldades de avaliação/Clarificações; Particularidades de avaliação de organismos de certificação de produtos; Nova metodologia de fecho de constatações
 - Encontro de avaliadores coordenadores de organismos de inspecção (26-01-2007): ISO/IEC 17020:1998 - Dificuldades de avaliação/Clarificações sobre Independência; Métodos não normalizados; Supervisão; Avaliação de resultados de calibração; Diferença entre fornecedores e subcontratação. Nova metodologia de fecho de constatações. Apresentação e discussão dos resultados do questionário de actualização de 2006.
 - Encontro de avaliadores técnicos de organismos de inspecção (30-01-2007): ISO/IEC 17020:1998 - Dificuldades de avaliação/Clarificações sobre Métodos não normalizados; Avaliação de resultados de calibração/verificação e critérios de aceitação; Testemunho da actividade de inspecção. Nova metodologia de fecho de constatações. Apresentação e discussão dos resultados do questionário de actualização de 2006.
 - Sessão de 'upgrade' para qualificação de avaliadores técnicos de laboratórios ISO/IEC 17025 (20-10-2007)
 - Sessão de sensibilização sobre comunicação comportamental em auditorias (20-10-2007) ministrada a todos os avaliadores IPAC
 - Acção de formação sobre ISO/IEC 17020 ministrada a todos os avaliadores do domínio de inspecção
- **Acções de supervisão de avaliadores**, por testemunho presencial das avaliações efectuadas por 93 avaliadores, realizando-se um total de 102 acções, uma vez que o desempenho de alguns avaliadores foi testemunhado em mais do que esquema de acreditação; as supervisões têm por fim promover a melhoria e harmonização da actuação dos avaliadores.

O IPAC interveio ainda em vários **eventos externos**, a convite dos respectivos organizadores:

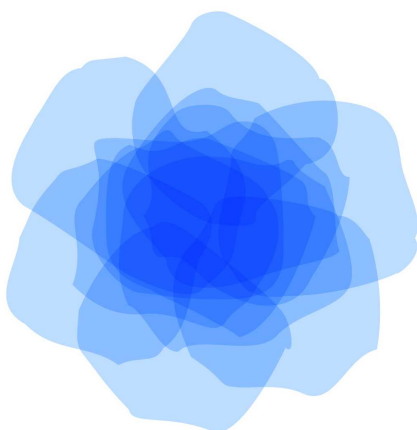
- 15ª Conferência SINASE
- Atribuição do "IEC 1904 Award"
- X Jornadas Técnicas da ANIVAP
- XIII Congresso Nacional da ATARP
- 6º Congresso Nacional de Medicina Legal - apresentação sobre "Acreditação de actividades forenses"
- Seminários de divulgação da NP EN ISO 15189 promovidos pela Ordem dos Farmacêuticos.
- Apresentação de palestra "Acreditação de Laboratórios" no Mestrado em Química Analítica Aplicada da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
- Conferência IRAR - A qualidade da água para consumo humano
- Workshop Relacre "Águas para Consumo Humano - Gestão, Qualidade e Competitividade"

- Jornadas Internacionais de Qualidade em Laboratórios de Análises Clínicas - apresentação sobre "Acreditação Flexível"
- Reunião Anual do Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade do INSA Dr. Ricardo Jorge em Microbiologia dos Alimentos

O IPAC colaborou ainda com a RELACRE na implementação de **programas nacionais de ensaios de comparação interlaboratorial**, quer na área de ensaios, quer na área das calibrações. Foi também desenvolvida em cooperação e articulação com a RELACRE e com o IPQ um sistema de auditorias de medição que complementa os programas nacionais antes referidos.

O IPAC participou na delegação nacional que discutiu o **Pacote Legislativo** 'Mercado Interno de Mercadorias', proposto pela Comissão Europeia em Fevereiro de 2007 - este pacote incluía:

- **Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece os requisitos de acreditação e fiscalização do mercado relativos à comercialização de produtos** e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 339/93 (COD 2007/0029) - dada a importância deste diploma para o futuro da acreditação na Europa e em Portugal, a versão final será disponibilizada pelo IPAC na sua página electrónica;
- **Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a um quadro comum para a comercialização de produtos** e que revoga a Decisão 93/465/CEE (COD 2007/0030);
- **Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece procedimentos para a aplicação de certas regras técnicas nacionais a produtos legalmente comercializados noutro Estado Membro** e que revoga a Decisão n.º 3052/95/CE (COD 2007/0028).



P O R T U G A L 2 0 0 7

Este pacote legislativo começou a ser discutido em Fevereiro de 2007 e foi desenvolvido sobre a Presidência Portuguesa do Conselho Europeu, tendo o IPAC contribuído activamente, sob a coordenação da REPER (Eng.º António Pinheiro), e em estreita cooperação com outros organismos - DGAE, ASAE e IPQ. No âmbito deste contributo, o IPAC participou em mais de 20 reuniões em Bruxelas durante 2007, tendo-se conseguido entregar à Presidência seguinte (Eslovénia) os diplomas quase fechados, o que veio a acontecer em Fevereiro de 2008.

3.1.4 Actividades de comunicação e imagem

Durante o ano de 2007 foi revisto o Regulamento dos Símbolos de Acreditação (DRC002), que estabelece o seu uso e se encontra disponível na página electrónica do IPAC - no âmbito desta revisão foram criados e disponibilizados:

- **Bandeira "Entidade Acreditada"**, distribuída pelo IPAC por ocasião do Dia da Acreditação de 2007;
- **Símbolo combinados MLA: IPAC-IAF e IPAC-ILAC** como consequência da adesão aos Acordos de Reconhecimento Mútuos correspondentes - relembra-se que a utilização destes símbolos só pode ser feita após a Entidade Acreditada celebrar com o IPAC um acordo (gratuito) de sublicenciamento abrangendo uma das áreas do IAF MLA ou ILAC MRA;
- **Símbolo para Organismos de Certificação de Sistemas de Gestão de Segurança Alimentar (SGSA) acreditados e símbolo para Organismos de Certificação de Sistemas de Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) acreditados**, em consequência da disponibilização desses esquemas de acreditação;
- **Símbolo 'Certificação Acreditada'**: este símbolo, que se conjuga com o do Organismo de Certificação e é fornecido aos clientes com certificação acreditada, permite distinguir as empresas cuja certificação foi feita por uma Entidade Acreditada; substitui os anteriores símbolos do SPQ, que por razões de imparcialidade da norma NP EN ISO/IEC 17011 foram descontinuados, e a sua utilização deve cessar a 31 de Maio de 2008 ou no final do contrato de certificação.

Os anteriores símbolos de acreditação do IPQ foram descontinuados a 31 de Maio de 2006, constituindo actualmente a sua utilização uma falha que tem de ser corrigida, e que não permite garantir nem accionar qualquer reconhecimento internacional das acreditações e certificações.

Bandeira 'Entidade Acreditada':



Símbolos combinados MLA: IPAC-IAF e IPAC-ILAC:

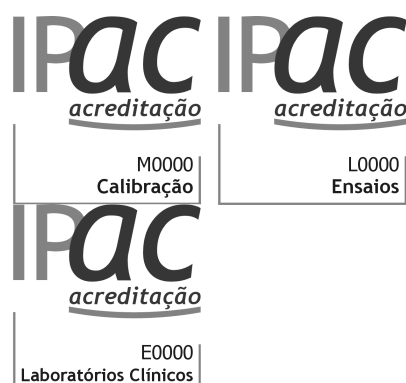


Símbolo 'Certificação Acreditada':



Símbolos de Acreditação:

Laboratórios:



Organismos de Certificação:



Organismos de Inspeção:



3.1.5 Comissão Consultiva

Durante o ano de 2007 foram continuados os trabalhos da **Comissão Consultiva** do IPAC, prevista nos seus estatutos e exigida pelos requisitos normativos da NP EN ISO/IEC 17011. Foi alargada a participação de entidades, de modo a contemplar melhor a representação das diferentes partes interessadas.

Foram realizadas 2 reuniões, em 17 de Abril e 28 de Novembro de 2007, tendo sido discutidos os seguintes temas:

- a sequência da avaliação entre pares realizada pela EA em 2005 e o Relatório de Progresso apresentado à EA, bem como a antevisão da reavaliação da EA;
- as implicações da apresentação pela Comissão Europeia do pacote legislativo "Mercado interno de mercadorias" no futuro do IPAC e a da acreditação em geral;

- a criação da Bandeira 'Entidade Acreditada' e do Símbolo 'Certificação Acreditada';
- a apreciação do Relatório de Actividades de 2006 e a envolvente internacional;
- a reapreciação da imparcialidade do IPAC, face às alterações criadas pela concretização do PRACE, e validação da Matriz de Imparcialidade do IPAC; foram também apresentadas as disposições internas do IPAC, nomeadamente o seu Manual da Qualidade;
- o acompanhamento do recurso apresentado em 2006 e duma reclamação à EA sobre o IPAC; foi também discutido e redefinido o inquérito de satisfação de clientes usado pelo IPAC.

3.1.6 Comissões Técnicas do IPAC

Na área da acreditação de laboratórios estiveram activas as seguintes comissões sob coordenação do IPAC:

- **Comissão Técnica de Acreditação de Laboratórios (CTaL)**, que se reuniu 5 vezes em 2007, para revisão do Guia Interpretativo da NP EN ISO/IEC 17025 (OGC001).
- **Comissão Técnica de Acreditação de Laboratórios Clínicos (CTaLC)**, que se reuniu 6 vezes em 2007, para elaboração de guia para controlo de equipamentos em laboratórios clínicos e aprovação dos sectores/programas de acreditação; foi ainda discutida a frequência de participação em Programas de Avaliações Externas da Qualidade e a validação dos critérios de aceitação do controlo da qualidade (em curso).
- **Grupo de Trabalho de Ensaios Físicos**: 5 reuniões em 2007, para aprovação dos sectores/programas de acreditação;
- **Grupo de Trabalho de Ensaios Não-Destrutivos (END)**: 2 reuniões em 2007 para continuação do desenvolvimento de Guia IPAC sobre END;
- **Grupo de Trabalho de Ar ambiente (Ensaios Físicos)**: discutidos critérios de acreditação relativos a ensaios de stress térmico;
- **Grupo de Trabalho de Calibração**: 2 reuniões em 2007, tendo-se discutido o Plano de ECI's de 2008, e o modelo OIC003; foi validado o agrupamento dos âmbitos de acreditação (Programas e Sectores na Calibração); foi comentado o documento ILAC G8; foi discutida a harmonização da descrição do âmbito de acreditação nos anexos técnicos;
- **Grupo de Trabalho de Ensaios Químicos**: 6 reuniões em 2007, tendo-se feito a validação de sectores/ programas de acreditação, discutido a frequência de participação em EIL's, e efectuado o ponto de situação do cálculo de incertezas; foi iniciada a revisão do OGC002;
- **Grupo de Trabalho de Ensaios Microbiológicos**: 6 reuniões em 2007, tendo-se feito a validação de sectores/ programas de acreditação, discutido a frequência de participação em EIL's, e efectuado o ponto de situação do cálculo de incertezas; foi discutida a Acreditação Flexível e iniciada a elaboração de um Guia de Controlo de Qualidade em Microbiologia;
- **Grupo de Trabalho** para desenvolvimento do serviço de acreditação na área da Protecção Radiológica (laboratórios/inspecção), que se reuniu 5 vezes em 2007;
- **Grupo de Trabalho** para desenvolvimento do serviço de acreditação na área de Anatomia Patológica (laboratórios clínicos), que se reuniu 6 vezes em 2007;
- **Grupo de Trabalho** para desenvolvimento do serviço de acreditação na área de Imagiologia (laboratórios clínicos), que se reuniu 4 vezes em 2007.

Foram ainda mantidos contactos e efectuadas reuniões com o IRAR sobre a revisão do DL 243/2001 e a cooperação institucional na área dos laboratórios de águas de consumo. Foram igualmente mantidos contactos com a APA na área dos laboratórios de emissões gasosas.

Na área da acreditação de organismos de certificação esteve activa:

- **Comissão Técnica de Acreditação de Certificadores**, que se reuniu 6 vezes durante 2007. Esta comissão abrange todas as actividades de certificação e nela estão representados os clientes, reguladores, peritos e outras partes interessadas. Durante o ano de 2007 foram discutidos: os procedimentos de acreditação de certificadores (DRC006) e verificadores ambientais (DRC008); o agrupamento dos âmbitos de acreditação na certificação de produtos; a discussão dos requisitos da nova norma NP EN ISO/IEC 17021 e o correspondente plano de transição; os resultados dos inquéritos às práticas de certificação em 2006; a rastreabilidade das medições na certificação de produtos; o desenvolvimento de novos serviços de acreditação (ISO 22000 e NP 4457); a qualificação de auditores técnicos de sistemas de gestão; a harmonização das durações de auditorias de certificação de sistemas de gestão integrados (OGA003); a marca combinada para clientes certificados e o sub-licenciamento da marca IAF-IPAC MLA; o estudo de casos relativos ao cumprimento das

disposições de acreditação; as implicações da revisão dos NACE pela CE; a implementação de Guias IAF e da EA. Foi chamada a atenção para os trabalhos do ISO/IAF APG e revisão da ISO 9001. Foi ainda eleito novo membro para a Comissão Consultiva do IPAC.

- **Grupo de Trabalho IDI**, que se reuniu 3 vezes em 2007, para discutir a metodologia e procedimento de acreditação para a certificação de sistemas de gestão IDI (NP 4457).

Foram mantidos contactos com várias entidades no desenvolvimento dos novos esquemas de certificação acreditada, nomeadamente a COTEC e o IPQ.

Na área da acreditação de organismos de inspecção estiveram activas as seguintes comissões sob coordenação do IPAC:

- **Comissão Técnica de Acreditação de Organismos de Inspeção de Veículos**, que se reuniu 4 vezes durante 2007, tendo-se discutido os critérios de aceitação dos resultados de operações de controlo metrológico;
- **Sub-Grupo de Trabalho - Equipamentos**, que se reuniu 2 vezes durante 2007, sobre sistemas de pesagem (frenómetro e banco de suspensão) - Verificações intermédias.

Foram ainda desenvolvidos trabalhos para os seguintes esquemas de inspecção acreditada:

- “Máquinas Agrícolas e Florestais”: efectuadas 3 reuniões com a entidade regulamentar DGAR e 1 reunião com potenciais clientes, para discussão do âmbito de acreditação;
- “Segurança de Equipamentos de Trabalho”: Constituído Grupo de Trabalho, tendo-se realizado 3 reuniões, onde foram concluídos os seguintes pontos: Definição de “pessoa competente”; Tipos de independência requeridos; Definição do perfil dos avaliadores técnicos;
- “Protecção Radiológica”: Grupo de Trabalho partilhado pelos domínios de laboratórios e inspecção, tendo-se realizado 5 reuniões; Os trabalhos realizados permitiram concluir o esquema de acreditação;
- “Licenciamento Industrial”: Constituído Grupo de Trabalho, tendo-se realizado 6 reuniões e concluído o esquema de acreditação.

3.1.7 Comissões externas

O IPAC acompanhou ainda os trabalhos das seguintes **comissões externas**:

- Comissão Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas (IMTT);
- Comissão Sectorial da Água (IPQ);

O IPAC acompanhou e colaborou nas **actividades de normalização** das seguintes comissões:

- CT 147 (APQ) - Avaliação da conformidade - acompanha o ISO/CASCO e CEN/CENELEC/TC1, tendo o IPAC sido nomeado Presidente da CT 147 em 2007; acompanha as normas da série ISO 17000; Na condição de Presidente da CT 147 o IPAC participou na reunião Plenária do ISO/CASCO em Novembro de 2007;
- CT 150 (IA) - Gestão ambiental - acompanha os desenvolvimentos da ISO 14001;
- CT 145 (PEFC) - Gestão Florestal Sustentável;
- CT 87 (APORMED) - Materiais de uso Médico-Farmacêutico - acompanha os desenvolvimentos da ISO 15189;
- CT 17 - Ventilação e evacuação dos produtos da combustão dos locais com vista à instalação dos aparelhos a gás.

3.1.8 Actividades internacionais

Sendo o IPAC membro da EA, ILAC e IAF, é-lhe requerida a participação em diversas actividades internacionais.

O IPAC participou nas seguintes actividades de cooperação internacional (ILAC e IAF):

- **Encontro Anual IAF-ILAC** em Outubro de 2007 - está disponível na página electrónica do IPAC um Relatório mais detalhado sobre este evento - o IPAC participou nas seguintes reuniões: Workshop for Evaluators of Regional Cooperations, ILAC Accreditation Issues Committee (ILAC AIC), ILAC Arrangement Committee (ILAC ARC), ILAC Arrangement Management Committee (ILAC AMC), ILAC General Assembly (ILAC GA), IAF Technical Committee (IAF TC), IAF Working Group on Product Certification Accreditation (IAF WG PCA), IAF Multilateral Arrangement Committee (IAF MLA), IAF General Assembly (IAF GA), e sessões conjuntas dos MLA Committees e General Assemblies (IAF-ILAC JMC e JGA). Este evento



reúne no mesmo local várias reuniões permitindo a participação na mesma deslocação em várias reuniões e assim intervir e acompanhar os trabalhos internacionais.

- Foram enviados comentários e votações para 4 documentos do ILAC e 8 documentos do IAF.

O IPAC participou nas seguintes actividades de cooperação no seio da EA:



- **Assembleias-gerais da EA (EA GA)** em Maio e Novembro de 2007 - Nas assembleias-gerais é feito o ponto de situação do trabalho de toda a organização, sendo de realçar os seguintes assuntos: acompanhamento dos trabalhos de revisão da legislação UE sobre Nova e Velha Abordagem; Plano de Desenvolvimento da EA face à proposta de revisão legislativa; aprovação de propostas e documentos dos comités da EA (MAC, LC, CC, IC, CPC); reclamações e recursos em curso; revisão da política de acreditação transfronteiriça (EA-2/13); definição de posições europeias para o ILAC e IAF; eleição de novos membros para o Executivo e aprovação de novos membros; discussão dos orçamentos e contas. Estão presentes várias partes interessadas, nomeadamente a Comissão Europeia.
- **Multilateral Agreement Committee da EA (EA MAC)** em Março e Setembro de 2007 - Este comité gere os Acordos de Reconhecimento Mútuo da EA, tendo sido tratados os seguintes assuntos: Discussão de avaliações inter-pares, tendo sido apreciado positivamente o Relatório de Progresso apresentado pelo IPAC sobre a implementação de acções correctivas referentes à avaliação do IPAC ocorrida em 2005; foi ainda solicitado e concedido por seis meses um adiamento da reavaliação do IPAC, que de acordo com as regras vigentes (EA-2/01) seria em Novembro de 2007, face à decisão de externalização do IPAC; Discussão das implicações do Acordo de Reconhecimento Multilateral da EA; Discussão da política de acreditações trans-fronteiriça; Discussão do procedimento de avaliação inter-pares; Discussão do treino e qualificação de avaliadores internacionais - o IPAC foi convidado a integrar o Grupo de Trabalho de Treino dos Avaliadores EA; a EA elegeu ainda o IPAC como seu representante no Comité de Gestão do Acordo da ILAC (AMC). O comité EA MAC conta com a participação da Comissão Europeia como observador.
- **Laboratory Committee da EA (EA LC)** em Março e Outubro de 2007 - este comité aborda as questões relativas à acreditação de laboratórios, sendo de relevar a descrição do âmbito de acreditação, nomeadamente: as práticas de acreditação flexível em laboratórios de calibração e laboratórios clínicos; a elaboração e revisão de documentos relacionados com a acreditação de fornecedores de exercícios de comparação interlaboratorial; a avaliação da competência do pessoal-chave dos laboratórios; a discussão e aprovação do guia sobre a implementação da política da EA para ECI a nível regional como suporte para o EA MLA na calibração; foi ainda discutida a cooperação com diversas entidades como Eurolab, Euramet, Eurachem, EFI (European Federation of Immunogenetics), Measnet, ENFSI (European Network of Forensic Science Institutes) e WADA (World Anti-Doping Agency); foi acompanhado o grupo de trabalho e comissão técnica de normalização CEN/TC 264 WG 19 "Emission Monitoring Strategy" e CEN/TC 212; foi feito o ponto de situação dos vários grupos de trabalho que reportam ao LC. Foi acompanhada a intervenção deste comité no ILAC. Os resultados deste comité são reportados detalhadamente na CTaL do IPAC.
- **Certification Committee da EA (EA CC)** em Fevereiro e Setembro de 2007 - este comité trata das questões de acreditação de organismos de certificação, sendo de realçar os seguintes temas: acompanhamento dos trabalhos dos Sub-Committees e Working Groups - EA CC Food; EA CC EMS; EA CC Health Care; WG ISMS; TF multi-sites; TF Integrated Systems; TF Product Classification. Foi também discutida a implementação da ISO/IEC 17021, a evolução do Guia IAF/ILAC sobre a ISO/IEC 17011, a política de aceitação de esquemas sectoriais, a preparação para actuar no âmbito das Directivas e a acreditação transfronteiriça. Foi ainda acompanhado o trabalho da ISO e preparada a intervenção no IAF. O IPAC coordena um Grupo de Trabalho sobre Classificação harmonizada da certificação de produtos. O IPAC foi ainda eleito Vice-Chair do EA CC, com vista a poder substituir o actual Chair no final do mandato. Os resultados deste comité são reportados detalhadamente na CTaC do IPAC.
- **Inspection Committee da EA (EA IC)** em Março e Outubro de 2006 - este comité trata das questões de acreditação de organismos de inspecção, sendo de realçar os seguintes temas: Definição da Cross Frontier Policy da EA para o domínio da Inspeção; Definição de âmbito de acreditação harmonizado e guia para avaliação de organismos notificados avaliados como OI's; Harmonização da interpretação de requisitos da ISO/IEC 17011. Os resultados deste comité são reportados detalhadamente na CTaI do IPAC.

- **Grupos de Trabalho ILC Testing** (Abril e Setembro de 2007, tendo o IPAC organizado a última) - este grupo de trabalho discute a organização de ECI a nível da EA, e articulação com os ECI organizados pela APLAC.
- **Grupo de Trabalho ILC Calibration** (Abril e Novembro de 2007) - Contribuição para a definição e concretização do Plano de 5 anos para ECI da EA; Apresentação de propostas para ECI; Acompanhamento dos resultados dos ECI da EA entretanto realizados; Contribuição para um workshop a nível europeu sobre ECI e interpretação/ avaliação dos resultados dos ECI.
- **Grupo de Trabalho Health Care do EA/LC** (Dezembro de 2007) - este grupo de trabalho discute as questões específicas de acreditação de laboratórios clínicos.
- **Grupo de Trabalho EMS do EA/CC** em Maio e Novembro de 2006 - este grupo de trabalho discute as questões específicas de acreditação de certificadores ISO 14001, nomeadamente a questão da certificação versus conformidade com legislação ambiental.

O IPAC participou ainda nas seguintes **avaliações entre pares**:

- Coordenou (Team Leader) a avaliação entre pares da EA ao organismo de acreditação grego (ESYD), tendo a equipa avaliadora integrado ainda colegas da Islândia, Suíça, Espanha e Dinamarca - participou ainda uma colega norte-americana com a dupla missão de avaliar a equipa europeia da EA para o ILAC. A avaliação decorreu entre 12 e 16 de Fevereiro de 2007.
- Coordenou (Team Leader) a avaliação entre pares da EA a um organismo de acreditação da Federação Russa, tendo a equipa avaliadora integrado ainda colegas da Holanda, Lituânia e Eslováquia. A avaliação decorreu entre 11 e 15 de Junho de 2007.
- Participou na avaliação entre pares do FAB ao organismo de acreditação húngaro em Março de 2007.

Forum of Accreditation Bodies (FAB) em Maio e Novembro de 2007 - este fórum de organismos de acreditação que actuam no âmbito regulamentar do EMAS, discute as questões de acreditação de verificadores ambientais EMAS, e organiza e discute as avaliações inter-pares neste âmbito; conta com a participação da Comissão Europeia. O IPAC organizou a última reunião de 2007.

3.1.9 Acordos internacionais

O IPAC é signatário de todos os acordos de reconhecimento mútuo da EA (calibração, ensaios, certificação de sistemas de gestão, certificação de produtos, certificação de pessoas, inspecção), desde 4 de Abril de 2006.

Por via dos acordos existentes entre acreditadores a nível mundial, no seio do ILAC e IAF, este reconhecimento é válido não só para o espaço económico europeu, mas também para os restantes países signatários destes acordos mundiais, e que contemplam mais de 50 grandes potências mundiais e países em desenvolvimento - a lista completa e detalhada dos signatários dos acordos pode ser obtida através das páginas electrónicas de cada uma das federações de organismos de acreditação:



EA (www.european-accreditation.org); IAF (www.iaf.nu); ILAC (www.ilac.org)

Este reconhecimento contribui para o aumento da competitividade nacional, nomeadamente por:

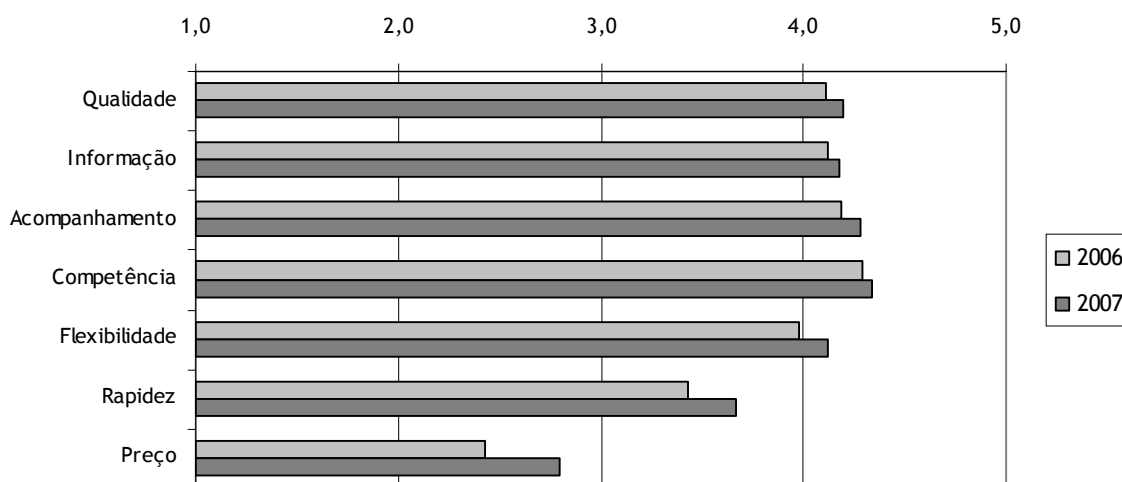
- remover barreiras técnicas à exportação de produtos nacionais;
- permitir o acesso de operadores nacionais a marcas internacionais;
- aumentar a credibilidade das estruturas nacionais de ensaios, calibração, inspecção e certificação na oferta de serviços no mercado global e na captação de investimento estrangeiro.

O impacto deste reconhecimento internacional das acreditações concedidas pelo IPAC afecta não só os clientes por ele acreditados, também os milhares de empresas com certificação de sistemas de gestão ou de produtos acreditada, bem como as centenas de profissionais certificados.

3.1.10 Satisfação de clientes

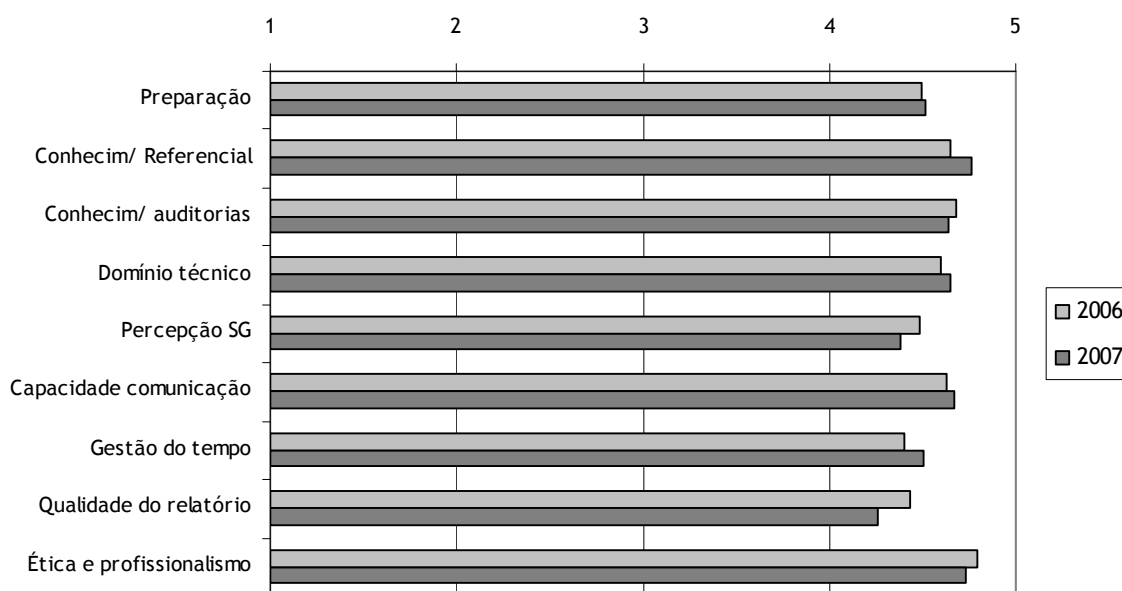
O IPAC efectua anualmente inquéritos de satisfação aos seus clientes, como meio de monitorizar o seu desempenho, e estimular a melhoria contínua. Foi adoptado um sistema de pontuação entre 1 (mais negativo) e 5 pontos (mais positivo) para expressar a satisfação com o desempenho do IPAC, dividindo-se entre o serviço prestado pelos colaboradores internos (gestão de processos) e os externos (serviço de avaliação).

Encontram-se no gráfico abaixo os resultados dos **inquéritos de satisfação dos clientes quanto ao serviço prestado** em 2007, tendo-se obtido um total de 213 respostas. A taxa de respostas é inferior a 2006, dados os momentos do ano diferentes em que a compilação foi feita.



O parâmetro com avaliação mais favorável em ambos os anos foi a competência dos técnicos do IPAC, seguido do acompanhamento do processo, enquanto que o parâmetro mais penalizado foi o preço, apesar deste não sofrer alterações há 10 anos. De um modo geral, comparando 2007 com 2006 ressalta que houve uma melhoria de desempenho em todos os parâmetros.

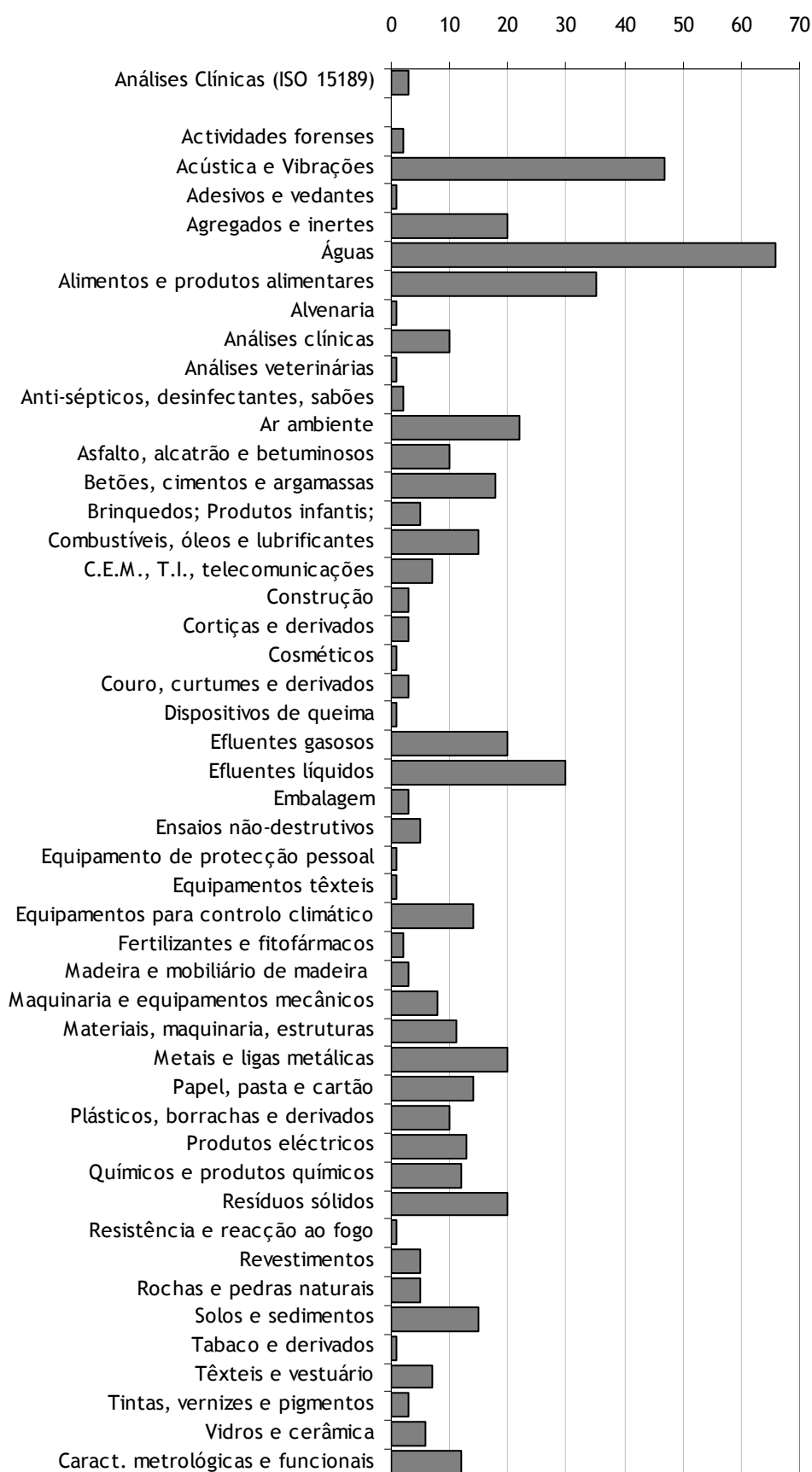
No gráfico seguinte encontram-se os resultados dos **inquéritos de satisfação ao serviço de avaliação**, durante 2007, contendo 505 respostas.



O parâmetro com melhor avaliação foi o conhecimento da norma de acreditação, seguida da ética e profissionalismo dos avaliadores, enquanto que a qualidade do relatório e a percepção do sistema de gestão foram os aspectos mais penalizados. De realçar que a gestão de tempo e o conhecimento do referencial de acreditação tiveram as melhorias mais elevadas, e que reflectem o esforço feito nesse sentido. O desempenho comparativo com anos anteriores mantém-se assim praticamente estável num nível bastante elevado (4,6 numa escala de 1 a 5). Esta informação é cruzada com a obtida através das supervisões efectuadas pelo IPAC e com a obtida pela apreciação dos relatórios de avaliação, para focalizar as acções de melhoria nos anos seguintes.

3.1.11 Resultados Estatísticos da Acreditação

Laboratórios de Ensaio

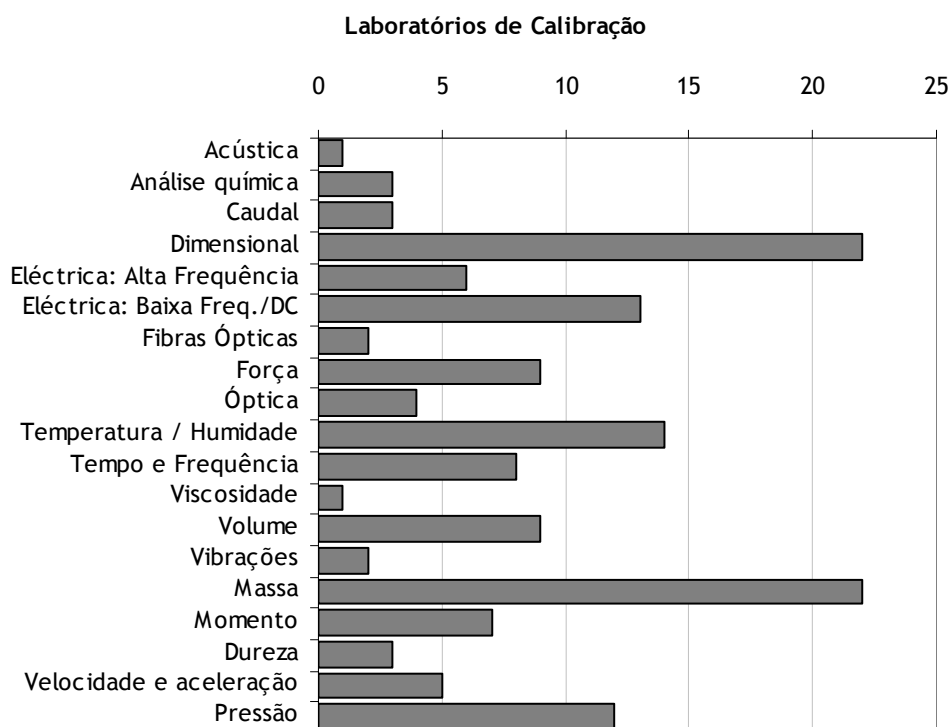


Apresenta-se a seguir informação estatística sobre as áreas técnicas com actividades acreditadas, referida a 31 de Dezembro de 2007.

Na área da acreditação de laboratórios de ensaios e clínicos, as actividades de ensaio acreditadas repartiram-se por uma grande diversidade de áreas técnicas, conforme apresentado na figura ao lado.

Nota-se nesta figura grande preponderância dos laboratórios que realizam ensaios ambientais (águas, ar, efluentes, acústica), seguidos pelos laboratórios da área alimentar.

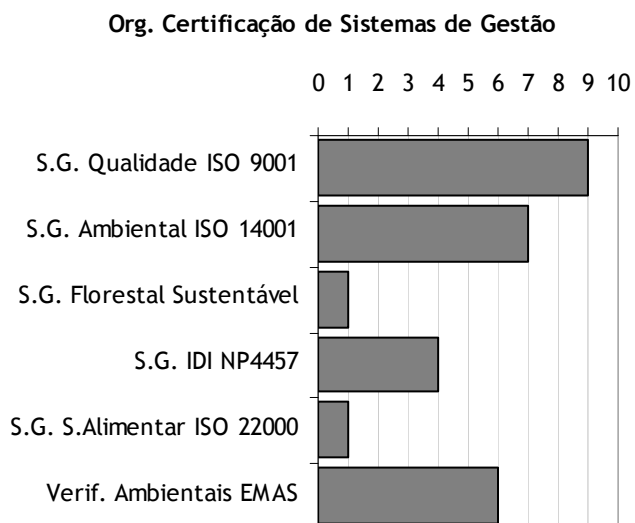
Note-se ainda que um laboratório acreditado pode actuar em várias áreas técnicas, pelo que o somatório de áreas técnicas com actividades acreditadas será normalmente superior ao de laboratórios acreditados.



Na área da acreditação de laboratórios de calibração, as actividades acreditadas repartiram-se também por uma grande diversidade de áreas técnicas, conforme apresentado na figura ao lado.

Nota-se maior preponderância por parte dos laboratórios que realizam calibrações na área da massa, dimensional, temperatura e eléctrica.

Na área de acreditação de organismos de certificação de sistemas de gestão e de verificadores ambientais, o número de entidades acreditadas por tipo de actividade repartia-se a 31 de Dezembro de 2007 conforme indicado na figura abaixo.



A acreditação de verificadores ambientais é efectuada em cooperação institucional com a APA, Agência Portuguesa do Ambiente.

O âmbito de actuação dos organismos de certificação de sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001) e ambiental (ISO 14001), bem como de verificação ambiental (EMAS), é definido segundo classes de actividade económica (Regulamento CE nº29/2002 de 19 de Dezembro de 2001, correspondente ao CAE revisão 2.1, Decreto-Lei 197/2003 de 27 de Agosto). Estas classes são agrupadas em 39 sectores (definidos pela EA e IAF), conforme consta do documento DRC006 (Procedimento para Acreditação de Organismos de

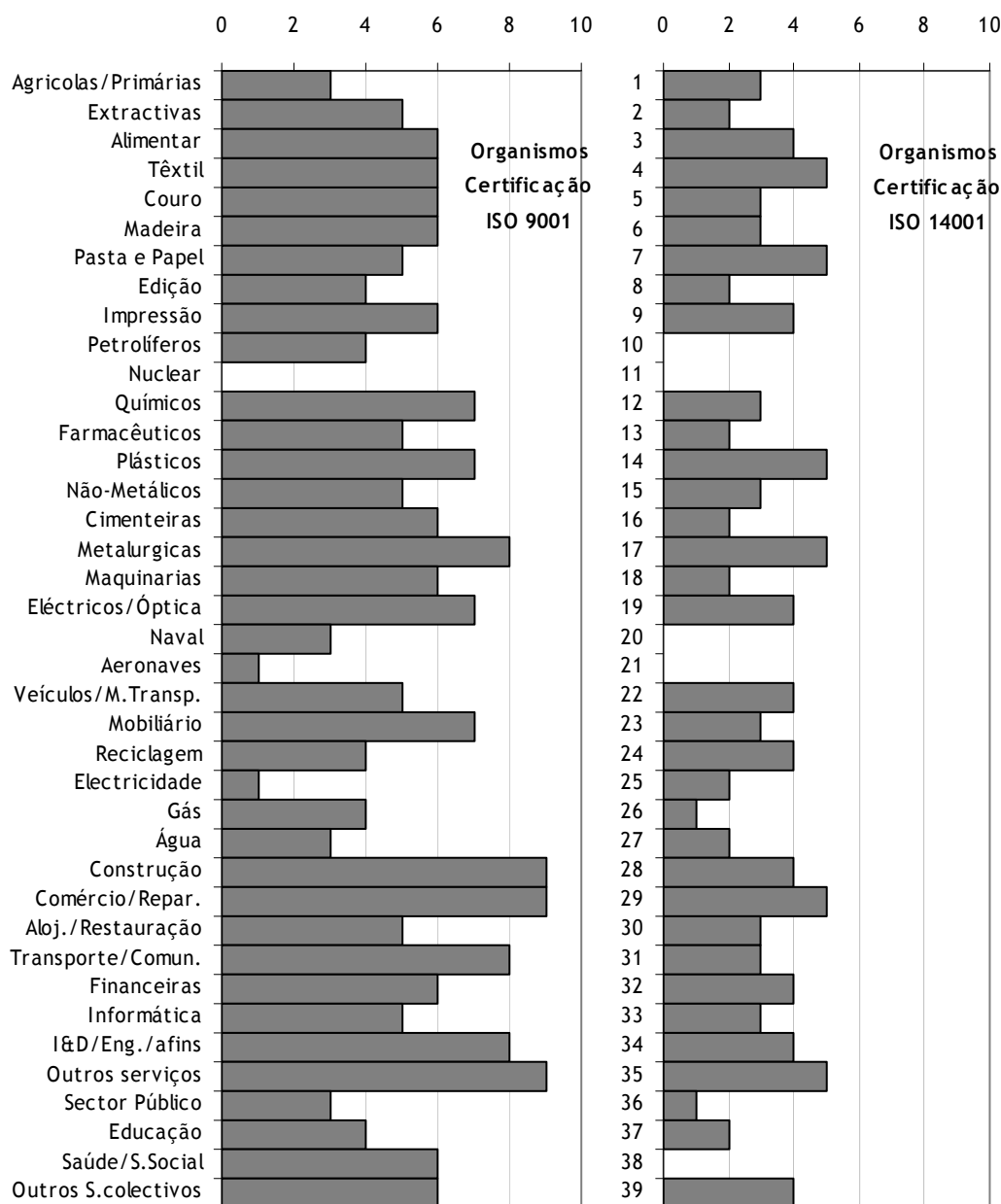
Certificação), disponível gratuitamente na página electrónica do IPAC, na secção Documentos.

O âmbito de acreditação para a certificação de sistemas de gestão IDI (investigação, desenvolvimento e inovação) reparte-se por 76 códigos de actividade IDI, conforme descrito no dito documento IPAC (DRC006).

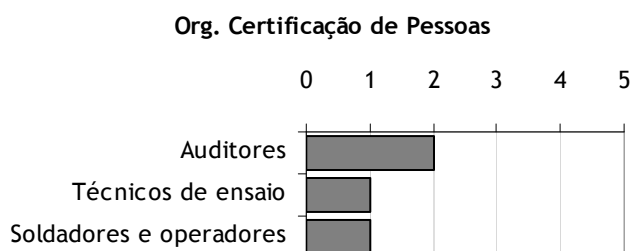
O âmbito de acreditação para a certificação de sistemas de gestão da segurança alimentar reparte-se por 13 categorias EA, também descritas no dito documento IPAC (DRC006).

Especializando para os âmbitos de acreditação de organismos de certificação de sistemas de gestão da qualidade e ambiente, estes repartiam-se por quase todos os sectores EA, à excepção da área nuclear, conforme apresentado nas figuras seguintes.

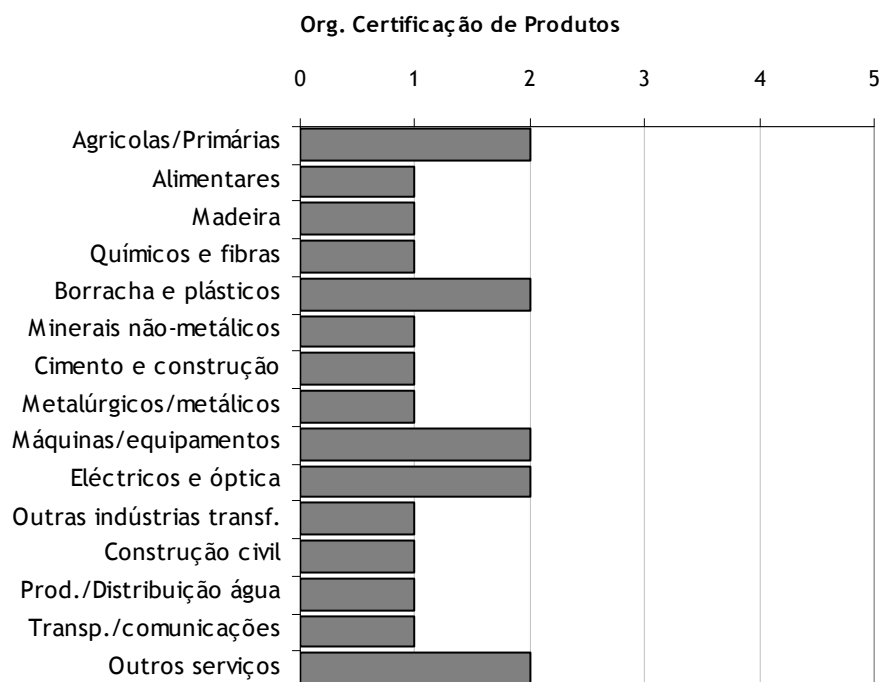
Verifica-se assim que todos os organismos de certificação de sistemas de gestão da qualidade estavam acreditados para os sectores 28 (comércio), 29 (construção) e 35 (outros serviços), enquanto que na área da certificação de sistemas de gestão ambiental, não havia nenhum sector coberto por todos os organismos de certificação acreditados.



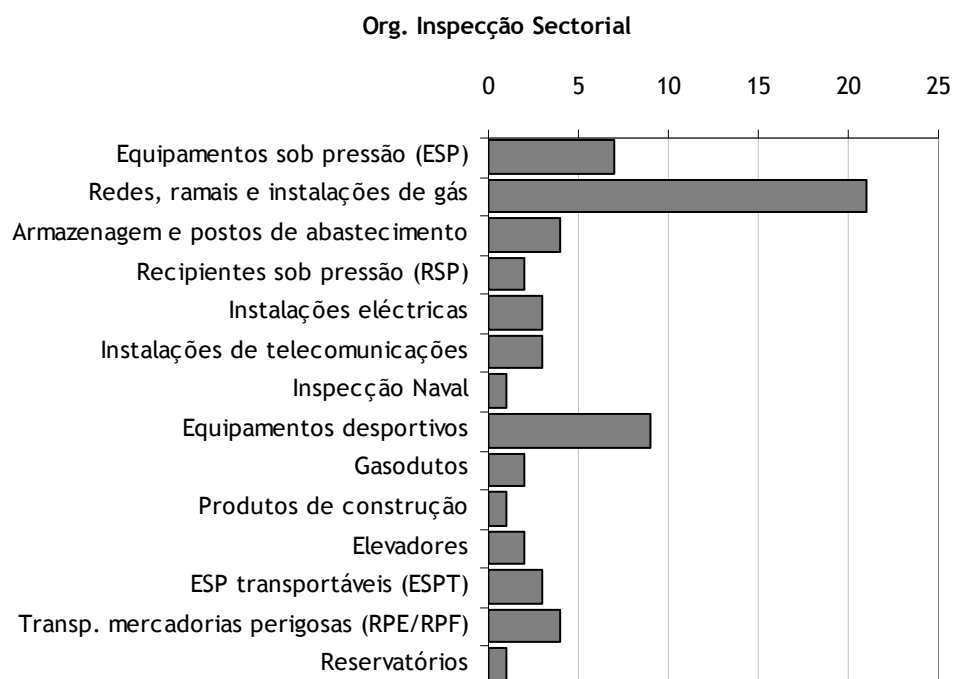
Na área da acreditação de organismos de certificação de pessoas, as actividades acreditadas repartiam-se por 3 categorias profissionais, conforme apresentado na figura seguinte:

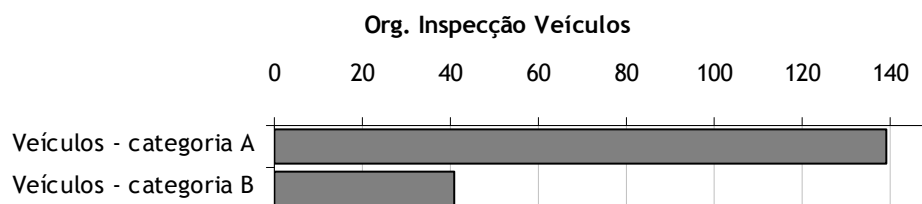


Na área da acreditação de organismos de certificação de produtos, as actividades acreditadas repartiam-se por várias categorias de produtos, conforme apresentado na figura seguinte:



Na área da acreditação de organismos de inspecção, as actividades acreditadas repartiam-se por vários sectores, conforme apresentado nas figuras seguintes:





3.1.12 Resultados da Certificação Acreditada



O recurso à certificação acreditada é cada vez mais uma exigência do mercado, pelo que importa aqui apresentar um resumo estatístico da situação, referida a 31 de Dezembro de 2007:

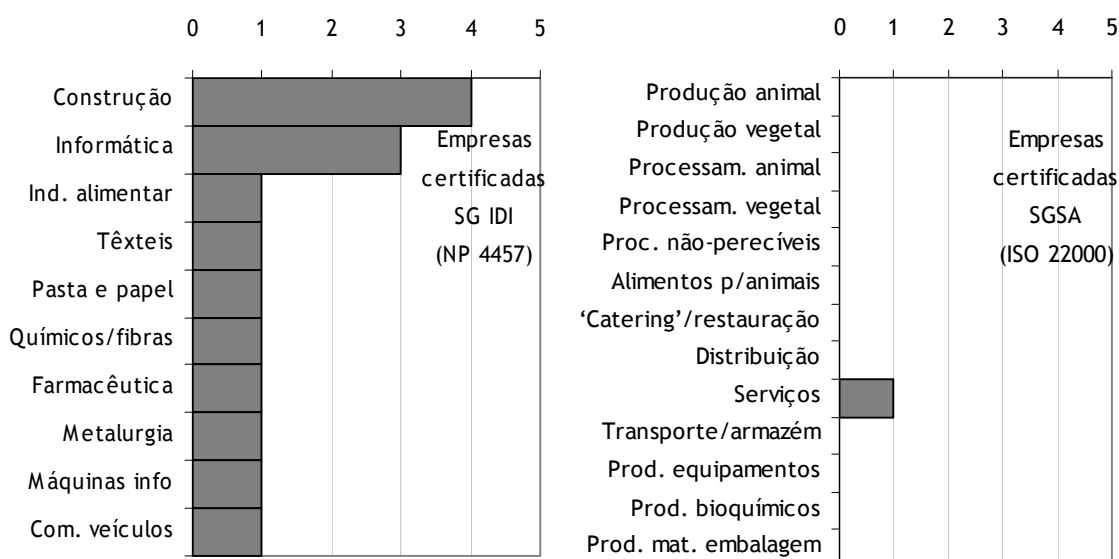
- existiam **4535 empresas** com certificação acreditada (4685 em 2006) do seu sistema de gestão da qualidade de acordo com a **NP EN ISO 9001**;
- existiam **399 empresas** com certificação acreditada (435 em 2006) do seu sistema de gestão ambiental de acordo com a **NP EN ISO 14001**;
- existiam **15 empresas** com certificação acreditada do seu sistema de gestão IDI de acordo com a **NP 4457** (não existia esta certificação em 2006);

- existia **1 empresa** com certificação acreditada do seu sistema de gestão de segurança alimentar de acordo com a **NP EN ISO 22000** (não existia nenhuma em 2006);

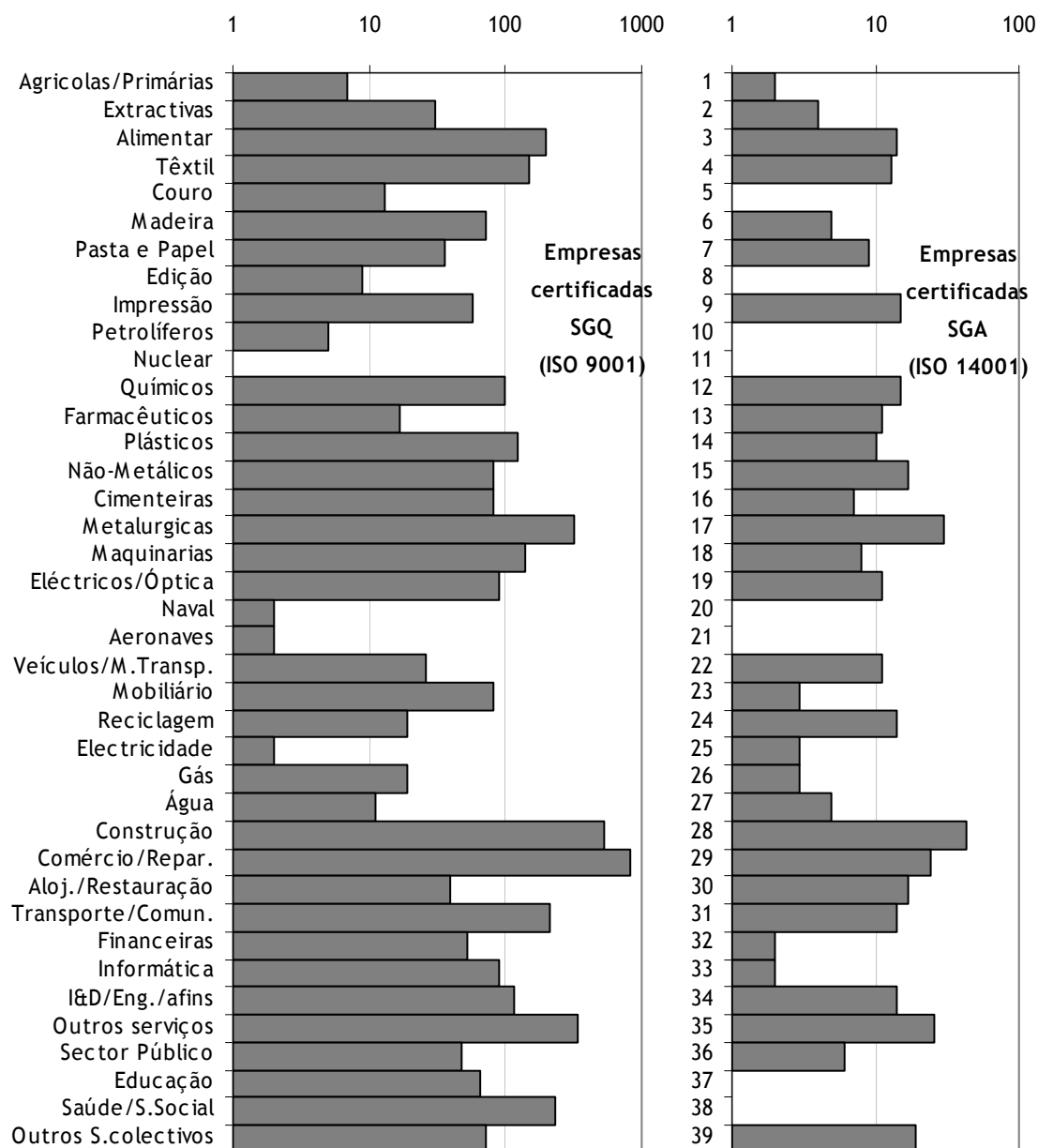
- não existiam empresas com certificação acreditada quanto ao sistema de gestão florestal sustentável (PEFC) - existia 1 em 2006.

O IPAC disponibiliza na sua página electrónica um Directório de empresas certificadas (http://www.ipac.pt/pesquisa/pesq_empcertif.asp) que permite a pesquisa das certificações acreditadas segundo o sistema de gestão certificado, nomeadamente quanto à designação da empresa, âmbito de certificação ou sector de actividade e localização geográfica - esta pesquisa é feita sob uma base de dados actualizada semestralmente com as informações prestadas pelos organismos de certificação.

As figuras seguintes resumem a situação, chamando-se a atenção para as diferenças de escalas.



Dado que a actividade de certificação acreditada de sistemas de gestão de segurança alimentar e de IDI apenas começou em 2007, o número de empresas é naturalmente pequeno, e abrange uma parte restrita dos âmbitos de actividade possíveis.



Salienta-se na certificação de sistemas de gestão da qualidade, a preponderância dos sectores do comércio (837 empresas, 18% do total) e da construção (527 empresas, 12% do total), bem como a existência de certificações em todas as áreas, à excepção da área nuclear.

Na certificação de sistemas de gestão ambiental, existe uma repartição mais equilibrada, com liderança pelo sector da construção (43 empresas, 11% do total) e metalúrgicas (30 empresas, 8% do total); para além do sector nuclear, não existe certificação ambiental nas áreas dos produtos petrolíferos, construção naval e de aeronaves, couro, educação e saúde.

A lista de empresas registadas no EMAS pode ser consultada na página electrónica da APA (www.apambiente.pt) ou na página electrónica dedicada ao EMAS da Comissão Europeia (http://ec.europa.eu/environment/emas/index_en.htm).

3.2 Resultados Económicos e Financeiros

O IPAC adoptou o Plano Oficial de Contabilidade Pública (Decreto-lei nº 232/97, de 3 de Setembro) para as suas contas, apresentando-se de seguida os relatórios em conformidade com o mesmo - todos os valores apresentados nas tabelas e figuras estão em euros (€).

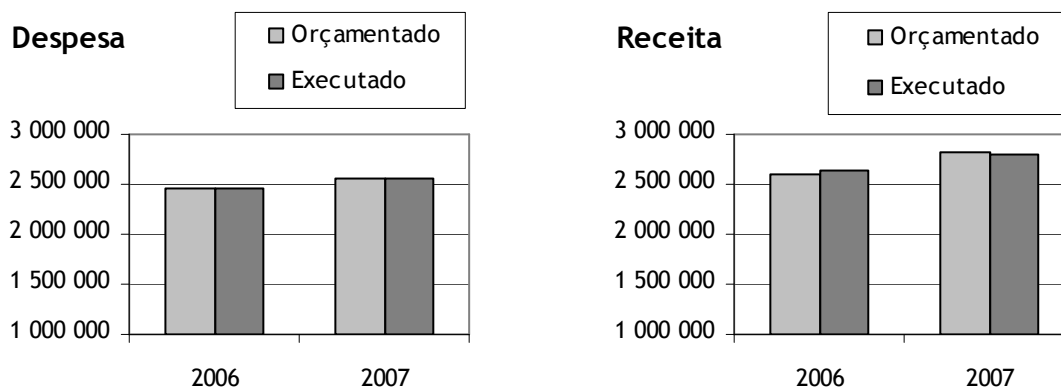
3.2.1 Análise orçamental

Após um ano de arranque difícil e atípico em termos de execução orçamental (2005) o IPAC estabilizou a sua execução orçamental em 2006, tendo conseguido graus de realização da despesa e de receita de 100%. O ano de 2007 foi orçamentado conforme estipulado a partir da execução de 2005, o que introduziu sérios constrangimentos ao seu funcionamento (por aquele ano ter sido atípico), tendo havido necessidade de corrigir a orçamentação inicial.

A orçamentação da receita foi beneficiada com a integração do saldo da gerência anterior (189 483,66€), com o financiamento da União Europeia (12 000€) devido às despesas de deslocação e estadia para reuniões no Conselho Europeu, e com a obtenção de um crédito especial (150 000€).

Deste modo, o orçamento corrigido da despesa foi de 2 563 939,66€, tendo sido executados 2 563 411,61€ (execução de 100,0%), enquanto na receita o orçamento corrigido foi de 2 810 032,66€, e executados 2 801 749,33€ (execução de 99,7%).

O saldo de gerência apurado em 2007 foi de 238 338,22€, cerca de 26% superior ao de 2006. Comparativamente com 2006, houve em 2007 um acréscimo de 4% na despesa e de 6% na receita.



3.2.2 Análise económica

Conforme foi referido, o IPAC adoptou o POCP, apresentando-se abaixo a tabela de Demonstração de Resultados ordenada segundo estas rubricas.

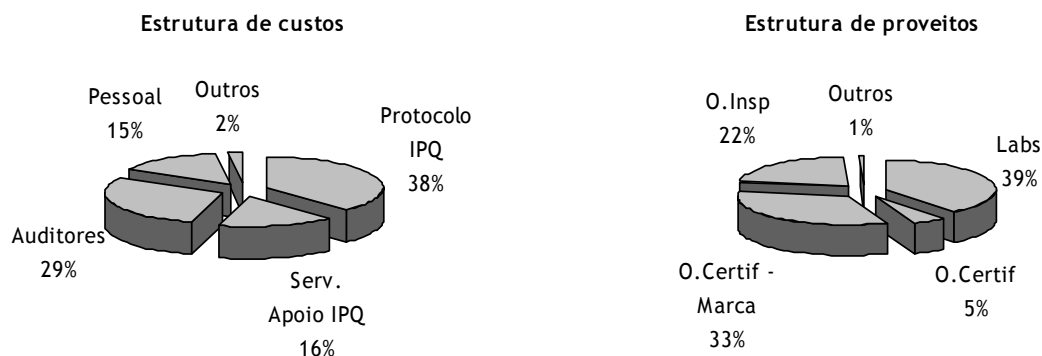
Custos e Perdas	Total	Proveitos e Ganhos	Total
61 Custo das mercadorias vendidas	9 187,68	71 Vendas e prestações de serviços	
		Prestações de serviços	3 029 471,56
62 Fornecimentos e serviços externos	1 635 282,19	72 Impostos, taxas e outros	0,00
63 Transf. correntes e prestações sociais	1 009 396,62	73 Proveitos suplementares	9 870,20
64 Custos com o pessoal	63 693,56	74 Transf. e subsídios correntes obtidos	0,00
66 Amortizações do exercício	5 843,94	76 Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00
67 Provisões do exercício	0,00	(B)	3 039 341,76
65 Outros custos e perdas operacionais	16 595,59	78 Proveitos e ganhos financeiros	0,00
(A)	2 739 999,58	(D)	3 039 341,76
68 Custos e perdas financeiras	0,00	79 Proveitos e ganhos extraordinários	0,00
(C)	2 739 999,58	(F)	3 039 341,76
69 Custos e perdas extraordinários	224,00	Resumo:	
(E)	2 740 223,58	Resultados operacionais (B-A)	299 342,18
		Resultados financeiros (D-B) - (C-A)	0,00
88 Resultado líquido do exercício	299 118,18	Resultados correntes (D) - (C)	299 342,18
	3 039 341,76	Resultado líquido do exercício (F) - (E)	299 118,18

Para a leitura correcta destes resultados, fazem-se as seguintes notas:

- os custos com fornecimentos e serviços externos (rubrica 62) incluem os pagamentos a avaliadores externos e os serviços de apoio do IPQ, bem como os custos com colaboradores internos em prestação de serviço;
- as transferências correntes (rubrica 63) referem-se ao protocolo celebrado entre o IPAC e o IPQ para uso das marcas do SPQ;
- os custos com pessoal (rubrica 64) incluem apenas os custos com pessoal afecto à Administração Pública;
- tendo em conta a decisão de externalizar o IPAC, não foram feitos investimentos significativos que gerassem amortizações também significativas (rubrica 66);
- nos proveitos, as prestações de serviço (rubrica 71) referem-se ao serviço de acreditação prestado pelo IPAC, sendo portanto auto-financiado a 99,7%;
- os proveitos suplementares (rubrica 73) referem-se ao financiamento pela União Europeia e a receitas decorrentes de acção de formação dos avaliadores, e tem um peso pouco significativo (0,3%) no total dos proveitos.

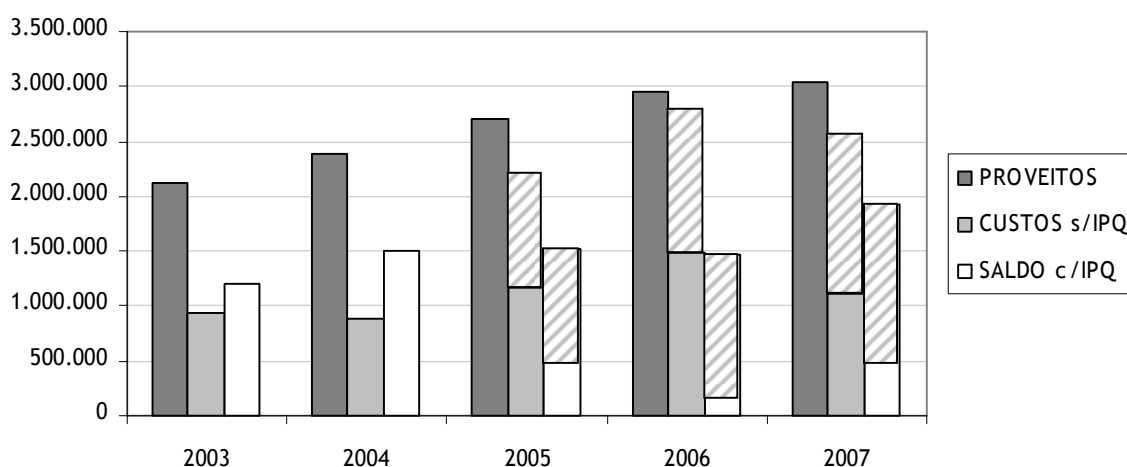
Comparativamente a 2006, verifica-se uma redução global de 2,4% nos custos, essencialmente pela diminuição (-10,6%) dos custos com fornecimentos e serviços externos, que se sobrepõe ao aumento (7,2%) das transferências correntes. Houve paralelamente um aumento global de 2,9% nos proveitos, o que contribuiu para o aumento de 104,6% dos resultados líquidos do exercício.

Apresentam-se a seguir gráficos de especialização dos custos e proveitos - pode-se assim ver o peso das diferentes origens na estrutura de custos, bem como o peso dos laboratórios e certificação acreditada na estrutura de proveitos.



Realça-se o resultado líquido positivo obtido no final deste ano, bem como a inexistência de transferências do Orçamento do Estado, demonstrando a sustentabilidade financeira dos últimos anos.

Para uma análise a prazo da evolução económica, há que referir que o IPAC mais do que **triplicou (37%) a sua actividade operacional** ao longo dos últimos 5 anos (ver 3.1 Resultados Operacionais), o que se tem reflectido no aumento dos custos e proveitos. Em 2005, com a separação contabilística do IPAC, foram celebrados contratos com o IPQ para a prestação de serviços de apoio ao IPAC e para uso da marca SPQ pelas empresas certificadas, que passaram a ser contabilizados como custos pelo IPAC (não o sendo nos anos anteriores) e que afectaram também o saldo, o que foi assinalado no quadro comparativo abaixo através de barras com riscas diagonais. A comparação com os anos anteriores a esta separação contabilística deve ser efectuada com precaução, dado estes dois custos não estarem explicitamente contabilizados.



O aumento dos proveitos nos últimos 5 anos distribuiu-se por todos os segmentos, com destaque para os provenientes pelo uso da marca dos organismos de certificação que quase duplicou (90%) - em termos relativos entre os segmentos, nota-se também o aumento do peso da marca (+8%), com decréscimo do peso dos laboratórios e inspecção (-4%) para os proveitos totais. Chama-se a atenção que o IPAC manteve a mesma tabela de preços ao longo deste período, sem qualquer aumento.

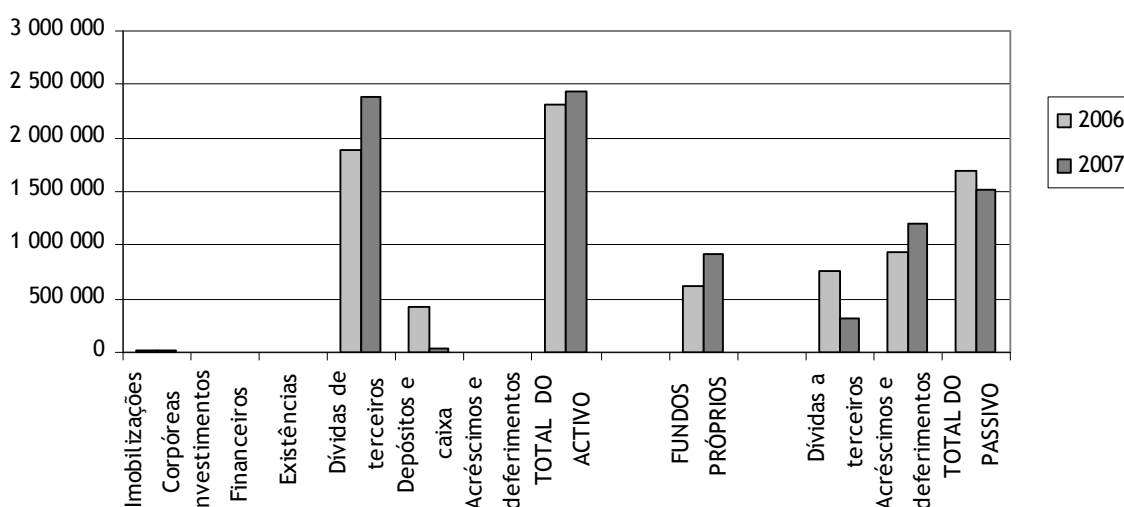
Da parte dos custos, nos últimos 5 anos é de salientar (e esperar face ao aumento de volume operacional) o aumento da despesa com avaliadores, e obviamente a despesa com o IPQ, que não existia.

3.2.3 Análise financeira

O Balanço de 2007 é apresentado no quadro abaixo, comparativamente com o de 2006, e merece as seguintes considerações:

- o critério valorimétrico utilizado relativamente às rubricas foi o do “custo de aquisição” e o método de cálculo das amortizações foi o “anual constante”;
- na rubrica do Imobilizado, devido aos resultados do PRACE apontarem para a externalização do IPAC, não chegaram a ser efectuados investimentos significativos em imobilizações corpóreas; dado também o IPAC ter sido criado sem qualquer património afecto, o valor é praticamente residual - assim, verifica-se que as Imobilizações Corpóreas atingiram o montante de 27 639,63€, tendo-se verificado que as aquisições de 2007 foram no montante de 20 615,93 €;
- os depósitos em instituições financeiras são no montante de 40 970,79€, sendo o montante em caixa de 11,30€;
- o IPAC não fez investimentos financeiros, tendo em conta o papel regulador e os requisitos de imparcialidade dos referenciais normativos aplicáveis ao IPAC, que impõem um carácter não-lucrativo à actividade e restrições variadas à aquisição de participações sociais, pelo que não existem obrigações ou títulos de participação noutras entidades;
- na rubrica do Circulante, o peso das dívidas de terceiros (2 385 290,19€) deve-se ao ciclo de facturação da parcela referente ao uso da marca pelos organismos de certificação se efectuar praticamente no segundo semestre de cada ano, o que depois dificulta a cobrança no mesmo ano - o aumento face a 2006 deve-se não só ao correspondente aumento de facturação, mas também a dificuldades acrescidas de cobrança;
- não houve Acréscimos e Deferimentos;
- no Passivo, efectuou-se um esforço na redução da dívida a terceiros, tendo-se conseguido uma redução para 317 797,46€ - as dividas a fornecedores apresentam o montante de 69 096,11€ e as dívidas ao Estado o montante de 128 306,69€, sendo o restante relativo a outros credores;
- a conta “Acréscimos de Custos” refere-se aos custos a transferir para o IPQ relativamente ao “Uso da Marca do SPQ”, no montante de 1 201 230,78€, nos termos do Contrato existente entre o IPQ e o IPAC - esta verba foi facturada pelo IPAC aos organismos de certificação durante o 2º semestre de 2007, e está a ser cobrada pelo IPAC para ser transferida para o IPQ em 2008;
- houve também um aumento dos Fundos Próprios, que atingiu o montante de 918 654,29€, devido ao acumular de resultados líquidos positivos.

Balanço



Conclui-se assim ter havido uma diminuição do Passivo (-10,4%) e um aumento do Activo (5,3%), com a consolidação dos Fundos Próprios (48,3%).

4 ANEXOS

Certificados de adesão aos Acordos de Reconhecimento Mútuos Europeus (EA) e Internacionais (ILAC e IAF)





